

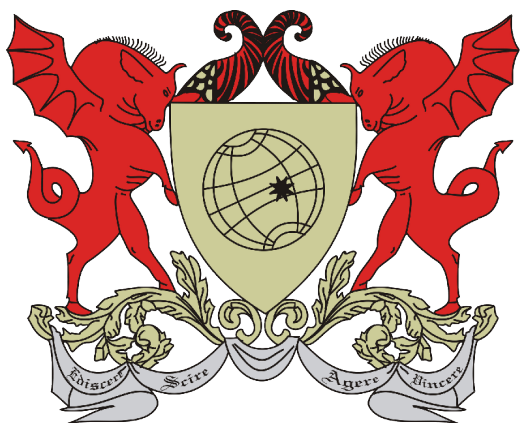
HISTÓRIA DO BRASIL IV

Luiz Lima Vailati



Curso de Licenciatura
em História





Universidade Federal de Viçosa

Reitora

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice-Reitor

Demetrius David da Silva



Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

Diretor

Frederico Vieira Passos

Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n

Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG

Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352

Layout: Diogo Rodrigues

Editoração Eletrônica: Thalita Fernandes

Capa: Diogo Rodrigues

Coordenador editorial: João Batista Mota



SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO**
- 6 O RECONHECIMENTO DO POVO COMO AGENTE POLÍTICO: DO TRABALHISMO AO PTB**
- 11 O RECONHECIMENTO DO POVO COMO AGENTE POLÍTICO: O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**
- 15 MODERNIZAÇÃO E CULTURA NACIONAL: O ISEB**
- 20 POPULISMO E CULTURA POPULAR**
- 25 CAPITAL INTERNACIONAL, CULTURA DE CONSUMO E COMPORTAMENTO POLÍTICO DAS CLASSES MÉDIAS**
- 30 O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE O GOVERNO JOÃO GOULART**
- 35 O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE O REGIME MILITAR**
- 41 O REGIME MILITAR, A RESISTÊNCIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES PÓS -1968**
- 45 OS MILITARES: UNIDADE OU DESUNIÃO?**
- 49 O BRASIL PÓS- ABERTURA**

Apresentação

A apostila que você tem em mãos deverá servir de apoio aos seus estudos durante o curso, atuando como complemento ao texto de leitura obrigatória, às aulas e demais atividades desenvolvidas ao longo do semestre.

Ela foi produzida tendo em vista os seguintes objetivos:

1. Ajudar no entendimento da estrutura e lógica internas dos textos de leitura obrigatória, instrumentalizando o aluno no desenvolvimento da compreensão de textos acadêmicos;
2. Tornar clara as questões principais dos textos, isto é, aquelas que orientaram a reflexão dos autores analisados, bem como a forma como estes procuram responder a elas;
3. Explicitar as questões e informações que, à luz dos objetivos da disciplina e do conjunto de assuntos e textos nela trabalhados, tem interesse particular para nós.

De modo a atender esses objetivos, cada capítulo, que corresponde a cada uma das aulas, foi subdividido em itens (mesmo quando o texto-base não os tem) que, por sua vez, estão organizados na forma de questões, que correspondem às indagações principais tanto dos autores estudados quanto aquelas que julgamos importantes a um adequado encaminhamento da leitura aos objetivos da disciplina.

Devo reiterar, mais uma vez, que apostila deverá ser utilizada exclusivamente como recurso para orientar as leituras do curso e fazer a revisão dos estudos, mas nunca para substituir os textos obrigatórios, pois se a função dela é ajudar no esclarecimento destes, a recíproca também é verdadeira: a inteligibilidade adequada e abrangente do que aqui é apresentado depende, evidentemente, da leitura cuidadosa desses textos.

Não é demais lembrar ainda que, ao se restringir à apostila, o aluno fica limitando à leitura particular (ainda que treinada e especializada) deste professor sobre os textos-base, o que é bastante problemático, pois nenhuma leitura é absoluta e o debate entre entendimentos diferentes é condição fundamental de aprendizado. Por tudo isso, a apostila sozinha não é suficiente para o desempenho minimamente esperado para a aprovação avaliações e, sobretudo, para a formação adequada do futuro profissional, uma vez que, feita para orientar e ajudar a problematizar a leitura, não pretende em absoluto esgotá-la.

Bons estudos!

O reconhecimento do povo como agente político: do trabalhismo ao PTB

Texto-base:

GOMES, Angela de Castro. *Do trabalhismo ao PTB*. In: _____. *A invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 288-324

1. Introdução

Neste capítulo e no seguinte, trataremos de uma das mais fundamentais mudanças políticas advindas dos anos finais do Estado Novo: o reconhecimento e exploração do poder político das massas trabalhadoras. Faremos isso por meio da atuação das duas principais organizações a mobilizar essa força política: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Comunista do Brasil (PCB). Nesta aula, trataremos especificamente do trabalhismo.

Para tanto, vamos nos apoiar em um texto de Ângela de Castro Gomes. Graduada em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), a autora é hoje pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O texto que iremos discutir é a publicação de sua tese de doutoramento, defendida no final da década de 1970, cujas questões principais são: por que no Brasil a experiência política oscila, paradoxalmente, entre a “desconfiança” nos políticos e o culto carismático? E como se definem, nesse quadro, a cidadania e a experiência democrática?

A hipótese geral da autora é que a cidadania no Brasil não pode ser compreendida fora da questão dos direitos sociais, quadro no qual os dois atores políticos fundamentais são o Estado e a classe trabalhadora, cujo protagonismo político passa a ser reconhecido por parte do círculo dirigente.

O capítulo que nos interessa aqui, que trata do período que vai de 1942 a 1945, diz respeito aos anos finais em que é gestada essa nova relação entre Estado e classe trabalhadora.

2. As primeiras articulações

Questão 1: a primeira parte do texto mostra como o processo de valorização do regime democrático, especialmente com os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, estimulou a máquina getulista a repensar sua relação com as massas trabalhadoras. Este é o início do processo que estamos discutindo aqui. De fato, a partir desse momento, o esforço político do Estado Novo apresentou reorientações fundamentadas. Qual foram elas?

Em primeiro lugar, a autora observa a emergência de uma tentativa de consolidação de um verdadeiro pacto social com as classes trabalhadoras. Este pacto definiria um projeto governamental centrado na mitologia do trabalho e do trabalhador. Por fim, o Estado Novo passou a dar uma importância inédita à questão político-eleitoral e ao papel que nela deveriam ter os partidos políticos.



Questão 2: segundo a autora, essas novas orientações eram baseadas em determinadas percepções desse momento por parte do Estado Novo. Quais são?

Em primeiro lugar, houve a percepção da necessidade de outro tipo de instrumento de representação política, além dos sindicatos, necessário para a transição do autoritarismo. Além disso, segundo Gomes, acreditava-se que a transição deveria ser conduzida sob a união dos elementos fiéis ao quadro no poder, tendo em vista a sobrevivência do regime em sua versão democrática. Por fim, havia a constatação da existência de uma imensa base política de apoio à Vargas associada à questão do trabalho, e que esta se encontrava desorganizada.

Questão 3: a autora observa, na sequência, que esse processo já no seu início iria revelar as dificuldades que o Estado Novo encontraria na criação de um partido nacional. Quais foram?

Desde a década de 1930 havia se construído um discurso que via nos partidos a encarnação tanto do liberalismo – revelado regime falido – como de um regionalismo que desunia a nação. Além disso, havia a heterogeneidade de apoios políticos de que dispunha Vargas, que envolvia tanto a cúpula executiva e as novas oligarquias regionais como as massas trabalhadoras.

Nesse quadro, se colocava o seguinte problema: como fazer funcionar instrumento de representação partidária no qual todos se sentissem, de fato, representados? Por fim, havia também a questão do ritmo na condução do processo de transição: necessidade de implementá-la sem pressa ou sem morosidade, pois ambos poderiam por a perder a manutenção do poder. Segundo a autora, esta dificuldade se revelaria, talvez, a mais crucial.

Questão 4: Gomes observa que a declaração de Guerra aos países do Eixo fez com que o governo deslocasse sua ênfase da questão da construção de um partido para a da reforma constitucional. Por quê?

Por dois motivos, segundo Gomes. Em primeiro lugar, porque a participação na guerra implicava no apelo à união dos esforços no combate ao inimigo externo, e fazia com que os debates políticos fossem vistos como despropósitos desestabilizadores. Além disso, nesse contexto de condenação do nazifascismo, a organização de um partido “do” presidente poderia ser mal recebida.

3. Reforma constitucional e campanha eleitoral

Questão 5: nesta segunda parte do texto, a autora se dedica a apresentar o motivo principal do deslocamento de ênfase da preparação partidária para a reforma eleitoral por parte do governo. Qual era?

Para Gomes, ficou claro ao governo a falta de compatibilidade existente entre as exigências para a transição previstas na Carta de 1937, visando a legalização do regime e o novo contexto político e ideológico. Nessas condições, a realização desta primeira proposta teria que ser modificada, sem o que estaria sob risco a continuidade do Estado Novo em sua versão democrática. Em vista disso, o governo atuou em duas frentes complementares: na realização de uma reforma constitucional e na preparação de eleições.

Questão 6: por que a questão da organização eleitoral era considerada, segundo Gomes, o “ponto nevrálgico” de toda a estratégia governamental?

O entendimento do governo era que, como lembra a autora, caso houvesse uma eleição na forma como havia vigorado na República Velha seria bem possível o retorno dos velhos quadros políticos “profissionais”. A solução se faria por meio de duas ações: em primeiro lugar, deviam-se minar os alicerces do centro da força dos antigos partidos, isto é, o processo de alistamento eleitoral, uma vez que era, por meio dele, que a máquina partidária se relacionava primeiramente

com os eleitores. A proposta, como observa a autora, seria de construir novas bases de alistamento sediadas nos órgãos agremiativos de classe. Em segundo, entendia-se como necessária a veiculação e fixação para o grande público das qualidades presidenciais de Vargas e a inexistência de qualquer outro nome que pudesse substituí-lo.

Questão 7: mas nos meses finais de 1944 a situação tomou, segundo a autora, novos rumos. Quais foram?

Como nos mostra Gomes, nos meses finais de 1944 se daria a articulação da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes por parte das oposições. Com isso ficaria clara, ao governo, que o encaminhamento previsto para a questão eleitoral havia saído de seu controle e que era, portanto, absolutamente necessária a retomada da construção, por parte do governo, de bases organizacionais de claro caráter partidário.

4. O Presidente e a questão partidária

Questão 8: na terceira parte do texto, a autora procura mostrar como o governo organizou a base de apoio em termos partidários. Lembrando o que a autora explicou no início do texto, a questão partidária colocava um problema candente para o governo: definir de que tipo deveria ser o partido da “situação”. Qual a solução que o governo deu a isso?

Estabeleceu-se que as forças ligadas a Vargas se organizassem em duas, e não apenas em uma denominação partidária. Uma delas era o Partido Social Democrático (PSD): montado por interventores estaduais, representando o que de mais importante existia no tocante às novas elites políticas. A inovação que representava residia, segundo a autora, no fato de ser ele um partido nacional da cúpula governamental estado novista com bases políticas regionais - combinatória que certamente superou a velha dicotomia partido nacional x partido regional.

A outra era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): ele deveria agrupar as novas lideranças sindicais que, como as novas elites, também resistiam à ideia de uma só organização partidária pró-Vargas. Uma de suas características, segundo a autora, era a possibilidade de ele, por meio de sua ambivalência ideológica, realizar amplas alianças políticas. Outra particularidade foi que a relação com Vargas se faria extraoficialmente, uma vez que o presidente, artificialmente, patrocinava a formação do PSD e engajava-se na campanha do general Dutra. Acreditava-se que oficializar o apoio de Vargas ao partido poderia trazer-lhe problemas.

5. Trabalhismo e Queremismo

Questão 9: nesta parte, a autora se detém na explicação da relação que Vargas manteve com o PTB, uma vez que foi bastante distinta daquela do PSD. É por meio do movimento “queremista” que essa relação se explicitava. Como isso ocorria?

Em primeiro lugar, diferentemente do PSD, não havia candidato de Getúlio pelo PTB. Segundo Gomes, os trabalhistas pareciam defender a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, ainda sob o governo de Getúlio, para, em seguida, serem realizadas eleições diretas com ele saindo candidato. Essa ideia teria dado origem ao projeto e ao movimento queremista. Mas, como lembra a autora, o PTB e o movimento não eram a mesma coisa.

No governo, entendia-se que uma vinculação explícita entre o PTB e Vargas, em termos eleitorais, comprometeria o partido e o processo de transição. Era, portanto, cautelosa a relação entre ambos a partir de meados de 1945. No entanto, como observa Gomes, foi grande a receptividade de Vargas em relação aos queremistas, fato que ajudou a sustentar o contato estreito dele com a população e seu prestígio crescente.



Queremista: Movimento político de massas em prol da candidatura de Vargas nas eleições para presidente.

Questão 10: no entanto, como argumenta Gomes, um complexo e tenso quadro político colocava um novo problema. Como?

Como nem a candidatura de Dutra, nem a de Eduardo Gomes gozavam de projeção popular, o prestígio de Luís Carlos Prestes era cada vez maior. Nesse contexto, o problema mais urgente do governo era, segundo a autora, manter o considerável apelo do presidente entre as massas trabalhistas, de modo a impedir o estabelecimento do aparato partidário de Luís Carlos Prestes. Assim, tornava-se essencial um estreitamento das relações entre o PTB e o movimento queremista, de modo a que ele ganhasse maior organização. Além disso, a candidatura de Vargas passara a ser considerada hipótese viável por parte dos governistas associados ao trabalhismo.

Questão 11: qual o resultado da nova orientação por parte do governo em relação ao trabalhismo?

Segundo a autora, neste quadro, lideranças civis e militares passaram a se preocupar cada vez mais com a ameaça do queremismo. Isto, sobretudo, segundo Gomes, depois da lei nº.9, cuja interpretação geral era de que com ela Getúlio poderia eleger, ainda como presidente, não só o Congresso Nacional, com poderes constituintes, como também as assembleias e os governadores estaduais. Assim seu poder não encontraria limites, e não haveria qualquer garantia de que ele, eventualmente, não se pronunciaria a favor de sua candidatura. Resultado: golpe de dentro do governo e destituição de Vargas.

6. As eleições de 1945 e o nascimento do PTB

Questão 12: na última parte, Gomes trata do papel PTB, já com Vargas fora do poder, nas eleições de 1945 e o que a sua participação representou. Ela inicia esse item observando que a deposição de Vargas trouxe transformações significativas ao quadro político da época. Quais foram?

A primeira dessas transformações, a mais imediata, foi a revogação da antecipação de eleições para governador e da convocatória da Assembleia Nacional Constituinte. A segunda, o comparecimento do PC às eleições com candidatos em todos os níveis da estrutura política, o que significava, para os analistas e políticos do movimento, um forte apelo para as massas trabalhadoras. E, por fim, a expectativa do crescimento das candidaturas do brigadeiro e de Dutra, este último, segundo a autora, se beneficiando do fato de representar os interesses do governo, mas não o seu perfil ditatorial.

Questão 13: assim, qual foi a nova orientação do quadro estadonovista (associado ao PSD) a este respeito?

Em primeiro lugar, tornava-se crucial o alinhamento do PTB. Isso porque, segundo Gomes, de seu apoio poderia depender a eleição de Dutra, o fortalecimento maior ou menor do Partido Comunista ou, até mesmo, a eleição do brigadeiro Eduardo Gomes. Além disso, conforme evoluíam os acontecimentos, era, cada vez mais claro, para todos que o pronunciamento de Vargas favorável a Dutra seria essencial. De acordo com a autora, a maior preocupação do governo era com a dispersão dos votos da volumosa massa de eleitores que surgia, principalmente, graças ao alistamento ex-officio.

Questão 14: finalizando o capítulo, Gomes observa que o resultado das urnas de 2 de dezembro foi inequívoco em relação a uma série de aspectos. Quais eram?

Em primeiro lugar, a força do nome de Vargas era efetivamente avassalado-



ra. Ele era, inquestionavelmente, o grande eleitor e nome da política nacional. Outra constatação feita tanto por brigadeiristas, quanto por dutristas foi o surgimento irreversível do homem trabalhador no cenário das lutas políticas brasileiras, e que isso estava ligado à entrada em cena de dois novos partidos: o PC e o PTB.

E, por fim, que o futuro seria dos partidos de massa, e não mais dos partidos dos “notáveis”, uma vez que eles não respondiam verdadeiramente à questão da participação política desse novo protagonismo assumido pela classe trabalhadora.

7. Sugestão de leitura

BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940. Autoritarismo e democracia*. São Paulo: Ática, 1999.

CARONE, E. *A República Liberal vol. 1: instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

CARONE, E. *A República Liberal vol.2: evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

FERRAZ Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. RJ: Zahar, 2005.

MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

O reconhecimento do povo como agente político: o Partido Comunista do Brasil

Texto-base:

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução*. In: _____. Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 207-237.

1. Introdução

Neste capítulo, daremos sequência ao problema da exploração do poder político das massas trabalhadoras, novidade que, como dissemos, surgiu com o fim do Estado Novo. Se na aula anterior tratamos do trabalhismo e do PTB, neste capítulo, trataremos de outra liderança atuante entre os trabalhadores desde esta época até 1964: o Partido Comunista do Brasil (PCB).

O texto desta aula é de José Segatto, historiador, bacharel e doutor pela Universidade de São Paulo e professor titular na Unesp. O livro, de que faz parte o texto que utilizamos aqui, trata da trajetória do PCB entre 1954 e 1964 e foi escrito em 1995. Trabalharemos com o capítulo que analisa de que forma o entendimento que os líderes e intelectuais do partido tiveram a respeito dos conceitos de *reforma* e *revolução* ditaria as convergências e diferenças de posicionamento político entre o PCB e os governos trabalhistas, especialmente durante a gestão de João Goulart.

2. A filosofia da história do PCB e sua ação política: etapa/contradição, estratégia/tática

Questão 1: Segatto inicia seu texto assinalando que a filosofia da história abraçada pelos intelectuais e líderes do PCB e, por conseguinte, sua ação política estiveram calcadas em algumas premissas. Quais foram elas?

Uma delas foi a concepção de etapas de desenvolvimento histórico.

Isto é, a história de todas as sociedades humanas obedece à lógica de superação de etapas comuns a todas elas. A outra era a ideia da hierarquia das contradições: se todas as sociedades conhecem uma série de contradições, ou seja, forças antagônicas que são os motores das transformações históricas, nem todas as contradições se equivalem. Algumas são mais fundamentais e são elas que dão origem às demais contradições.

Questão 2: como resultado desse entendimento, essa teoria derivava, no plano de sua aplicação prática, das noções de tática e estratégia. O que significavam?

Sobre a “estratégia”, Segatto mostra que estava ligada ao entendimento de “etapa” que o partido dispunha. Em outras palavras, entendia que realizar o objetivo final (o socialismo) supunha sempre a superação de uma etapa por vez. No caso do Brasil, a estratégia deveria supor um movimento anti-imperialista e antifeudal, uma vez que o Brasil anda precisava superar a etapa agrária e feudal. A contradição principal, aqui, era entre imperialismo e nacionalismo; já a fundamental era o monopólio da terra e o desenvolvimento das forças produtivas.

Assim a revolução deveria, num primeiro momento, ser burguesa e nacional, para então poder ser socialista e, com ela, realizar seu objetivo último. É isso que fundamentaria, segundo Ortiz, uma prática política, por parte do PCB, de defesa da frente única nacionalista e democrática, composta não apenas pelo proletariado e trabalhadores rurais, mas também pela pequena-burguesia e mesmo a burguesia nacional. Efetuada esta etapa, possível pela “via pacífica”, estaria franqueado o caminho do socialismo.

Tendo em vista este entendimento, a “**Tática**” consistiria nas chamadas “soluções positivas”: na defesa de uma política exterior independente, mas pacífica - condição propícia ao desenvolvimento autônomo e progressista da economia nacional. Para tanto, seriam necessárias medidas como a reforma agrária, a elevação do nível de vida do povo e a ampliação da legalidade democrática.

Questão 3: entre os dois conceitos (estratégia e tática), quais deles teria alteração?

Segundo Segatto, é no quadro das táticas que o projeto revolucionário sofreu modificação. De fato, depois de 1962, ou seja, durante a luta por “reformas de base”, observou-se a troca de opção do caminho das conquistas parciais e graduais pelo das soluções radicais e repentinas.

3. O PCB e a questão da reforma agrária

Questão 4: na sequência do texto, Segatto apresenta as mudanças de posicionamento do PCB, num dos pontos mais importantes de sua militância, que foi a questão da reforma agrária. Como antes se justificava e propunha a reforma?

Segatto lembra que, de acordo com *Declaração de Março* de 1958, a eliminação do latifúndio seria condição necessária para o sucesso da revolução nacional e democrática, na medida em que não só contribuiria para a criação do mercado interno, mas também para abolir a opressão sobre os camponeses e acabar com o poder político dos latifundiários.

Questão 5: por que, no entendimento do Partido, ela deveria ser feita por meio de ações graduais?

Segundo os políticos e intelectuais do partido, se tentasse imediatamente uma reforma agrária completa e profunda, não haveria condições suficientes para a sua realização efetiva e acarretaria inevitavelmente uma divisão interna na aliança progressista, pois não teria adesão de uma parte importante dos associados às forças nacionalistas e democráticas.

Questão 6: quando e como o posicionamento mudaria?

O posicionamento mudou com João Goulart e as novas condições políticas criadas na sua gestão para o projeto de reformas. Nesse contexto, PCB apoiaria as “**reformas de base**”, incorporando esta proposta em sua plataforma e, aos poucos, iria alterando seu projeto reformador, ao ponto de propor uma reforma agrária radical.

Reformas de base: Projeto de reforma social proposto durante o governo João Goulart.

Questão 7: tal mudança implicaria, de acordo com os textos revolucionários citados por Segatto, em eventuais conflitos, e revelaria uma postura diferenciada, portanto, em relação à estratégia/tática pacífica. Contra quem?

Contra a classe dominante. Inicialmente, contra os pagamentos pelos quais se manifestava a exploração dos trabalhadores. Depois, contra as forças políticas conservadoras, que eventualmente impedissem o Parlamento de aprovar a reforma. Nesse caso, as massas camponesas, os operários e demais grupos democráticos e nacionalistas realizariam a reforma agrária radical “sem medir consequências”. Como se vê, supunha-se também um tipo de postura não tão conciliadora com o poder instituído, uma vez que a luta pela reforma agrária radical se fundia com a luta por um novo poder político efetivamente democrático, capaz de empreender transformações profundas na sociedade.



4. A teoria e a prática do PCB

Questão 8: na sequência, Segatto passa a analisar o posicionamento do PCB em relação às reformas de base. Ele lembra inicialmente que isso implicava um entendimento muito particular de reforma e revolução. Qual era?

Como lembra o autor, o PCB entendia que as “reformas de base” eram o principal elemento cumulativo de forças necessário ao encaminhamento da revolução: reforma e revolução, ao invés de serem entendidas como termos antinômicos, seriam vistas como ações complementares. Essa concepção ia de encontro tanto da posição conservadora a este respeito, como também da posição da extrema esquerda, uma vez que ambos enxergavam as reformas como ajustes que não modificavam o essencial. É interessante observar as consequências que esse posicionamento implicou nas relações com os outros movimentos de esquerda e com o status quo. Em outras palavras, isso explicou por que as decisões do PCB eram vistas como moderadas demais pelos revolucionários extremistas e com muita suspeita pela direita.

Questão 9: outra questão de fundo na orientação do PCB dizia respeito, segundo Segatto, ao tipo de regime que essa estratégia pretendia construir. Qual era?

Seu objetivo não era simplesmente a construção de um capitalismo nacional e autônomo. O que se pretendia construir era um tipo específico de nacionalismo. O modelo desejado dizia mais respeito a um “capitalismo de Estado”, do que apenas nacional e progressista.

Questão 10: como isso explicava sua relação com o governo e com algumas elites, desde o Estado Novo (seu apoio a Vargas, inclusive)?

Segundo Segatto, isso acabou por imprimir uma leitura indulgente em relação à natureza autoritária do Estado brasileiro, entendida assim como progressista. Esta interpretação tendeu também a privilegiar o Estado como o *locus* de viabilidade para as lutas da frente única nacionalista. Desse modo, explica o autor, a esquerda se encontrou frequentemente na condição de aliada da velha direita, originária da tradição republicana autocrática, bem representada na elite política do Estado Novo. E é isso, conseqüentemente, que a vinculou a determinadas práticas e posições, como o **corporativismo**, o descaso pela democracia e o **antiliberalismo**.

Corporativismo Concepção segundo a qual as relações entre as diferentes classes sociais, cuja existência não pretende negar nem eliminar, deveria ser de colaboração mútua (concepção “orgânica”) e não de conflito.

Antiliberalismo: contrário aos princípios liberais que pregam a redução da ingerência do Estado.

Questão 11: em seguida, Segatto procura explicar a defesa do PCB por uma tática ainda mais radical durante o governo Jango. Quais foram os motivos para isso?

Segundo Segatto, o PCB começou a entender que a realização das reformas de base estava sendo atrapalhada pela política de conciliação de Jango. Seria necessário, por conseguinte, o combate a essa política e forte pressão da militância e das massas para impor uma recomposição do governo, para que ele se constituísse, majoritariamente, de forças nacionalistas e democráticas.

Mas percebia-se ainda outro obstáculo: a realização das reformas dependia de mudanças na Constituição, e isso demandava o apoio de, pelo menos, dois terços do Congresso. Essa determinação tomava as reformas impossíveis, visto que a maioria no parlamento era contrária a elas. Assim, gestou-se no PCB a hipótese de uma solução extralegal: fazer as reformas “por cima” do Congresso, diretamente “via Executivo”, cujo grande trunfo seria o da força militar, capaz de



impedir uma reação da direita e desencadear, apoiado pelas massas, o processo de reformas.

Questão 12: como lembra Segatto, isso significava romper com a legalidade democrática vigente. Mas por que isso não era visto como um problema?

Segundo o autor, para o PCB, isso não maculava os princípios genuinamente democráticos, mesmo que a noção de democracia deles era a de ser esta um instrumento tático. Tal como vimos antes, a tática era, no entendimento do partido, passível de variações durante determinada etapa da revolução, ao sabor das vicissitudes da luta. Como teremos oportunidade de discutir mais adiante no curso, essa posição em relação à democracia por parte de setores da esquerda iria alimentar toda uma série de revisões a respeito do governo João Goulart e o Golpe de 1964.

Questão 13: qual era a leitura conjuntural, relativa ao já citado conceito de “contradição”, que autorizava essa radicalidade de ações e prometia seu sucesso?

O entendimento do PCB era de que, na medida em que as forças produtivas (isto é, capitalistas) se desenvolviam, chocavam-se cada vez mais com os entraves estruturais colocados pelo imperialismo e latifúndio e, portanto, levavam à radicalização de posições. Para os comunistas, tal avaliação sinalizava a existência de uma crise revolucionária. Assim, era necessário criar as condições para que as forças revolucionárias anti-imperialistas e antifeudais, comandadas pela classe operária, assumissem o Estado.

Questão 14: Segatto lembra que esse entendimento implicava à recuperação da ideia de revolução como “ato súbito”. Por quê?

Porque, nesse quadro interpretativo, a revolução se desenvolveria sem interrupções, uma vez que se entendia que a etapa burguesa-nacional e democrática e a etapa socialista constituíam um processo único em direção ao socialismo.

Questão 15: qual era, para o autor, o problema dessa interpretação?

Segundo Segatto, ao basear sua interpretação e ação no conceito de contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção, o partido ficava impedido de perceber que o imperialismo e o latifúndio, ao invés de atuarem como obstáculo ao desenvolvimento econômico, agiam, na realidade, como sua “força de propulsão”.

4. Sugestão de leitura

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A. (orgs). *As esquerdas no Brasil vol.2: Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2007.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. BH: Oficina de Livros, 1989.

Modernização e cultura nacional: o Iseb

Texto-base:

ORTIZ, Renato. *Alienação e cultura: ISEB*. In: _____. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, Questão: 45-67.

1. Introdução

Nos capítulos anteriores examinamos o advento de um novo e fundamental papel que os trabalhadores assumiram durante a redemocratização do país pós-Estado Novo, por meio da atuação do trabalhismo e do PCB. Agora, discutiremos o surgimento de outro elemento que também pautou o jogo político entre a década de 1950 e 1960: a ideologia do “nacional-populismo”.

Ela teve presença atuante não apenas entre os governantes até o golpe militar de 1964, mas também em um largo espectro da intelectualidade brasileira da época. Assim, dela resultou, em grande parte, amplos projetos e políticas de desenvolvimento para o Brasil aplicados ao longo desse período. Discutiremos particularmente esta ideologia, conforme propugnada por sua principal instituição produtora, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), examinando seus principais conceitos.

Para tanto, utilizaremos o texto de Renato Ortiz. O autor, sociólogo, tem graduação pela *Université de Paris VIII* (1972), mestrado e doutorado na *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (1975) e atualmente é professor titular da Unicamp. A obra, da qual o texto faz parte, é a *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, publicado pela primeira vez em 1985. Ela trata das diversas interpretações e propostas relativas à “nação brasileira”, desde meados do século XIX até a década de 1960. É nesse amplo panorama cronológico que ele situa sua análise sobre o ISEB e seu projeto cultural, político e econômico para o Brasil.

2. O ISEB e a tradição de estudos sobre a cultura brasileira

Antes de começar a apresentação do texto, são necessárias algumas palavras sobre o ISEB. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi um órgão autônomo, mas vinculado ao MEC, criado em 1955 e destinado ao estudo, ao ensino e à divulgação das Ciências Sociais. Apesar da heterogeneidade das correntes de pensamento dentro do Instituto, ele se engajou na construção de projeto político comum: a superação de atraso econômico e social e da alienação política e cultural. Nesta proposta se fundamentava a ideologia do “nacional-desenvolvimentismo”. Ao final da década de 1950, a ala mais à esquerda assumiu o comando, e se aproximou do PCB. Considerado como um grupo de esquerda “subversiva”, foi extinto após o Golpe Militar de 1964.

Questão 1: Ortiz inicia lembrando que os intelectuais do Iseb retomaram a temática da cultura brasileira, assumindo este assunto como fulcral nas discussões e projetos sobre o Brasil. Qual foram as mudanças em relação ao conceito de cultura brasileira como realidade a ser abordada?

Citando um intelectual do grupo, Roland Corbusier, Ortiz lembra que o ISEB imprimiu novos rumos à discussão em relação às gerações representadas por Sílvio Romero ou Gilberto Freyre, uma vez que sua filiação teórica era distinta daquelas. Assim, contrários a uma perspectiva racial ou antropológica bastante presente nas discussões anteriores, eles analisaram a questão cultural dentro de um quadro filosófico, sociológico e, poderíamos dizer também, político. Em segundo lugar, eles insistiram no fato de que a cultura significa *um vir a ser*. Esta perspectiva, segundo o autor, fez com estes intelectuais privilegiassem o estudo do presente, tendo em vista a elaboração de uma estratégia de ação transformadora futura, e não os estudos históricos.

3. O Iseb e sua importância como matriz de pensamento

Questão 2: para o autor, qual a importância do Iseb nas discussões sobre cultura brasileira?

Para Ortiz, o Iseb conseguiu se impor como matriz de um tipo de pensamento que orientava a discussão da questão cultural no Brasil dos anos 1960 até hoje, seja nas áreas do cinema, do teatro, da literatura e da música, entre outras. Além disso, debatendo com autores, como Caio Navarro Toledo e Maria Sílvia de Carvalho Franco, Ortiz discorda de que o Iseb tenha se constituído em “fábrica de ideologia” do governo Kubitscheck, pois se ele reconhece que o Estado desenvolvimentista procurou legitimar-se ideologicamente sobre determinado grupo de intelectuais, ele lembra que em algum momento os fundamentos desta ideologia caminharam em sentido contrário ao do Estado brasileiro. Isso ocorreu especialmente quando o governo JK passou a proceder a uma internacionalização da economia brasileira, contrariando, assim, os postulados nacionalistas defendidos pela instituição.

O autor concorda com Maria Sílvia Carvalho Franco ao afirmar que o Iseb - ao eleger a nação como objeto central e instrumento de reflexão - acabou por negligenciar e ocultar as diferenças de classe. No entanto, ele observa que o golpe de 64 impediu que teorias do Iseb se revestissem de qualquer oficialidade possível.

A despeito de tudo isso, ele constata que sua ideologia pouco a pouco se tornou popular entre os setores progressistas e de esquerda, funcionando entre eles como senso comum a atuando como categoria de apreensão e entendimento da realidade brasileira.

Questão 3: Qual (is) foi (foram), então, a(s) questão(ões) central(is) do autor?

Ortiz quer descobrir como o pensamento desse grupo foi capaz de se constituir como filosofia e, mais ainda, obter ampla popularização, de tal modo que se tornou fundamental em toda discussão sobre a questão cultural no Brasil.

Questão 4: Ortiz, aqui, marca novamente distância em relação às análises de Caio Navarro Toledo e de Maria Sílvia Carvalho Franco. Como?

O autor discorda do entendimento de que os escritos do Iseb foram um “coquetel filosófico”, uma “distorção do idealismo”, “um arranjo indigenista” do marxismo, bem como uma “leitura sem rigor” dos textos. Segundo ele, esta interpretação atrapalhou o entendimento do porquê da hegemonia desse pensamento entre a esquerda brasileira.

Questão 5: Ortiz apresenta a estratégia de análise para que isso seja possível. Qual é?

Ele faz a comparação entre o pensamento *isebiano* e o de Franz Fanon, ensaísta e psicanalista antilhano conhecido por suas reflexões sobre a colonização, a descolonização e seus efeitos psicoculturais. Ao referenciar um pensamento estrangeiro, Ortiz pretende iluminar, por meio de novos elementos em tela, o discurso isebiano, permitindo, entre outras coisas, visualizar melhor os móveis históricos por trás dele. Além disso, essa comparação favorece, segundo ele, um escopo mais dilatado no que toca discussão do nacionalismo, que não fica limitado, assim, à especificidade do contexto brasileiro.

4. ISEB e Franz Fanon: pontos em comum

Questão 6: na segunda parte de seu texto, Ortiz dá início à comparação propriamente dita. Quais são os dois pontos fundamentais que ambos os pensamentos têm comum?

Ele observa que tanto os escritos de Fanon e do Iseb se fundamentam a partir dos mesmos conceitos: o de alienação e o de situação colonial. As fontes das quais esses escritos retiram tais categorias são também, nos dois casos, as mesmas: Hegel, Marx, Sartre e Balandier.

Ele aborda, primeiramente, a categoria de “alienação”, demonstrando sua origem hegeliana, em particular na *dialética do senhor e do escravo*, a qual seria apropriada por Marx em sua aplicação do conceito de alienação na compreensão da luta de classes, cuja análise humanista, por sua vez, iria influenciar Sartre e sua ênfase na dimensão humana da libertação. Essa discussão, segundo Ortiz, teria influências diretas em Fanon, que pensou a libertação nacional como humanização universal do próprio homem. Tais repercussões foram também, observa o autor, evidentes nos intelectuais do Iseb.

Em seguida, Ortiz aborda o conceito de “situação colonial”: elaborado por Georges Balandier, que pensou o colonialismo como fenômeno social total, isto é, atuante em diferentes níveis de realidade: social, econômico, cultural e psíquico. Segundo Ortiz, ele aplicou a *dialética do senhor e do escravo* para a situação colonial, pois nela a consciência era enquadrada na situação social e, nesse sentido, submetida a relações de dominação.

Como resultado dessa relação opressora, em algum momento se dá uma transformação na qual essa consciência, antes colonizada, passou a se dar conta dessa situação e aspirou a uma transformação radical que a libertasse dessa condição. Assim, segundo Ortiz, os conceitos de alienação e de situação colonial são empregados tanto pelo ISEB como por Fanon, por intermédio de um entendimento político orientado para a superação da dominação colonialista.

5. Especificidade do pensamento colonial

Questão 7: avançando a identificação da proximidade entre o pensamento de Fanon e do Iseb, Ortiz observa que ambas se distanciaram do mesmo modo de suas matrizes teóricas (Sartre e Balandier). Como?

A categoria de nação, que está ausente tanto em Sartre quanto em Balandier, é fundamental para o Iseb e Fanon, uma vez que, no entendimento de ambos, a libertação da condição de colônia só é possível quando associada aos movimentos nacionalistas. Ortiz explica que, no caso de Fanon, este propõe que suas ideias sejam como uma espécie de espelho, que revele ao negro sua imagem real, o que lhe permitiria se engajar em um processo de desalienação do seu próprio ser. Já o Iseb postula que a falta de consciência nacional se explicaria pela alienação a que ela era submetida, uma vez que a referência a partir da qual a colônia se percebia não era ela própria, mas sim a metrópole.

6. Raça, Nação, Identidade, Liberdade

Questão 8: o que permite, para Ortiz, que dois assuntos distintos, a problemática racial e a nacional, possam ser tratados e compreendidos pelas mesmas categorias teóricas?

Segundo Ortiz, ambos têm uma necessidade premente de busca de identidade, ou seja, de responder às seguintes questões: “quem somos nós?” ou “por que estamos assim?”

Questão 9: disso resulta uma série de características em comum. Quais são elas?

Uma delas é a dualidade autenticidade/inautenticidade. No caso de Fanon, isto se faz por meio dos termos “situação autêntica ou inautêntica do homem negro”; no que toca ao Iseb, pela distinção entre “sociologia alienada”, que utiliza categorias elaboradas fora do país, e “sociologia nacional/autêntica”.

Em ambos os casos, portanto, deseja-se a construção uma identidade que se

contraponha ao polo de dominação e que, portanto, seja consciente do contexto social no qual foi produzida. Por conseguinte, acultura é nesse pensamento o lugar onde é possível a tomada de consciência dos indivíduos e onde deve ocorrer a luta política. O reverso é também verdadeiro, uma vez que a libertação nacional é o único contexto no qual a formação de uma cultura autêntica e nacional pode se dar.

É isso, observa Ortiz, que permite que esse pensamento opere a passagem da filosofia para a política, pois a transformação do mundo que ele propõe é condição para que o homem colonizado recupere sua dimensão humana. Assim, essa luta, mais do que nacional, é universal, pois sua ocorrência abre a possibilidade do advento de nova humanidade, uma vez mesmo que, além do colonizado, possibilita descobrir o homem por detrás do colonizador, o qual, sendo agente, não deixa, contudo, de ser vítima dessa configuração opressora.

7. Diferenças entre Fanon e Iseb

Questão 10: o autor inicia a terceira parte procurando sublinhar agora as diferenças entre o pensamento de Fanon e o Iseb. Quais eram elas?

Uma delas é a opção pela revolução ou pela reforma. Para Fanon, a violência é o alicerce tanto do colonialismo exercido pelo opressor, quanto da ação que leva à revolução e sua superação. É isso que explica, para Fanon, a ausência de sociedade civil na situação colonial.

Já os intelectuais do Iseb não negavam que a sociedade civil existia no Brasil. O seu interesse era dar à classe média um papel político do qual ela estava excluída até então. Nesse sentido, observa Ortiz, a proposta política do Iseb não se quer revolucionária, mas apenas reformista.

A segunda diferença, segundo Ortiz, diz respeito ao nacional como projeto político. Para Fanon, o projeto nacional revelava uma nova ontologia do homem e, por isso, se situava simultaneamente no presente e no futuro; para o ISEB, diferentemente, a nação brasileira já era um fato, apenas não completamente realizado.

8. A história por trás dos pensamentos

Questão 11: ao final de seu texto, Ortiz avança a análise das forças históricas sinalizadas pelas semelhanças e diferenças nos textos de Fanon e do Iseb para melhor compreender as razões de sua formulação e disseminação. Quais são?

Sobre as semelhanças, Ortiz observa que o primeiro ponto que chama a atenção é que os conceitos de situação colonial e de alienação são preparados e difundidos durante os anos de 1950. Existe, portanto, uma correspondência com o processo de descolonização que se realiza na Ásia entre 1943 e 1951 e na África entre 1954 e 1963 e sua formulação. Em outras palavras, tanto Fanon como os *isebianos* vivenciam contextos semelhantes e desenvolvem respostas em relação a esse quadro internacional de dominação.

A respeito das diferenças, no entanto, Ortiz observa que é necessário levar em consideração as histórias específicas dos povos em questão. Considerando isso é que o autor lembra que, diferentemente da situação em nome da qual Fanon enuncia suas ideias, o reformismo do Iseb não é resultante de uma preocupação em pensar a questão nacional como solução à luta de classes, mas sim de uma leitura tributária da posição social específica de seus membros num momento determinado da história brasileira. O que para alguns era utopia revolucionária torna-se para outros programas de modernização.



9. Sugestão de leitura

CARDOSO, Mirian Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimentismo: Brasil JK*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O tempo da experiência democrática. O Brasil Republicano v. 3: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização-Brasileira, 2001.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Populismo e cultura popular

Texto-base:

VELOSO, Monica Pimenta. *A dupla face de Jango: romantismo e populismo*. IN: GOS-MES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 171-200.

1. Introdução

Neste capítulo abordaremos outro fenômeno característico do período que se segue ao fim do Estado Novo e que acompanha a descoberta da classe trabalhadora como protagonista política. O fenômeno de que trataremos agora é a valorização do povo, tanto como consumidor como produtor cultural. Para isso, trabalharemos com um texto de Mônica Velloso. A autora é historiadora, bacharel pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e, atualmente, compõe o quadro de pesquisadores da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Esse texto faz parte da coletânea organizada por Ângela Gomes, relativa aos chamados “anos JK”.

2. O otimismo modernizador dos “anos dourados” e seus efeitos culturais

Questão 1: a autora inicia seu texto assinalando o clima de euforia que presidia o fim da década de 1940: vivia-se a vitória da democracia e se comemorava o fim da ditadura estado-novista. Esse otimismo era pautado, sobretudo, pelo desejo de mudança e na percepção de que urgia recuperar o tempo perdido. Vontade marcada, segundo a autora, por algumas características principais. Quais eram?

Em primeiro lugar, por aparente consenso geral ou, ao menos, por uma hegemonia discursiva.

Em segundo, esse consenso se manifestava no apoio generalizado ao projeto nacional-desenvolvimentista que tinha no Iseb uma de suas fontes inspiradoras e que, ao objetivar encerrar o ciclo do atraso no qual o Brasil até então se encontrava, tinha na industrialização, urbanização e tecnologia suas palavras de ordem.

Em terceiro lugar, havia o entendimento de que essas mudanças deveriam ser conduzidas politicamente por um estado de natureza populista.

Em quarto, supunha-se que era à burguesia nacional a quem caberia liderar socialmente esse processo de desenvolvimento. Isso porque, ao se identificar os interesses agrários como capital estrangeiro, os industriais estavam associados aos da nação.

Por fim, havia a convicção de que, para que tivesse sucesso e fosse bem encaminhado, esse processo de mudança deveria também integrar as camadas populares.

Questão 2: em termos culturais, quais transformações vieram com esse novo ambiente?

Como lembra Velloso, procurou-se criar uma arte de acordo com a “nova” realidade. Este é o caso da arquitetura e do desenho industrial de formas arrojadadas, bem como do concretismo nas artes plásticas e na poesia, ambas as tendências marcando a década. No final dela, começaram a surgir outras manifestações



consubstanciadas nos movimentos da Bossa Nova, do Cinema Novo, do Teatro do Oprimido e na música de protesto. Buscou-se, com tudo isso, novas formas de expressão artística capazes de integrar cultura, modernidade e desenvolvimento, bem como incorporar e dar voz às camadas populares.

Questão 3: conforme observa Velloso, não era só a abertura política, entretanto, que explicava toda essa efervescência cultural. Qual era o outro fator e sua consequência?

Segundo a autora, a emergência de uma cultura de massa iria modificar substancialmente a sociedade brasileira, que finalmente adentraria o tempo acelerado dessa cultura onde a multiplicação de signos se fez de modo a favorecer o consumo imediato. Ocorreu que, com a formação de um público urbano e o desenvolvimento, ao elevar o poder aquisitivo das camadas populares, os tornou, de certa forma, disponíveis como consumidores para o mercado cultural.

Assim, de acordo com Velloso, tanto a indústria cultural quanto a arte militante colocaram a questão da integração do povo. São essas duas esferas que a autora passa a analisar ao longo do texto.

3. A *intelligentsia* entra em cena: contra o “mau gosto” e a alienação

Questão 4: na segunda parte, a autora mostra como o advento da cultura de massas, no Brasil da década de 1950, deu origem a uma série de discussões entre alguns intelectuais preocupados com questão cultural, especialmente em sua dimensão popular. Segundo Velloso, era possível reconstituir esse discurso por meio da crítica que tais intelectuais dirigiam à chanchada, ao teatro de revista e ao cinema. Quais eram os dois fundamentos principais dessa crítica?

Esses críticos entendiam, em primeiro lugar, que a cultura de massas trazia problemas sérios, uma vez que, ao ampliar o seu circuito de consumidores, acarretava a “degradação” da arte, que passava a atender à demanda do grande público. Essa “degradação” se faria não apenas pela valorização do “baixo”, isto é, da “cultura popular”, como também por uma inversão: o “baixo” teria ali preponderância sobre o “alto”.

Em segundo lugar, esses intelectuais condenavam a ideia da cultura como lazer e diversão, visto que, nessas condições, a arte deixaria de ser objeto de puro e pleno prazer estético. Velloso mostra que essa crítica fundamentava-se na oposição entre a chamada arte “espiritual” e a arte “sensorial”: a primeira pertenceria ao alto domínio, incluindo-se aí os artistas e os intelectuais, enquanto a segunda era alocada no “baixo”, no puramente corporal, no mundo da matéria. Assim, associavam essa arte à obscenidade, ao analfabetismo, ao inconsequente, ao irrelevante e ao momentâneo. Era, ao mesmo tempo, sintoma de nossa decadência cultural e fator de alienação, cuja razão se ser obedecia somente aos interesses comerciais e ao lucro.

Questão 5: qual era a conclusão desses intelectuais?

Segundo Velloso, a evolução da indústria cultural era vista com temeridade por eles, pois acreditavam estar-se dando início a um movimento em cadeia: no qual o cinema mataria o teatro, a televisão mataria o rádio, enfim, em longo prazo, daria lugar à morte da própria arte.

Como alternativa, estabeleceram-se algumas opções. Artistas como Villa-Lobos, por exemplo, entendiam que a arte brasileira só seria salva, caso fosse endereçada a um público mais refinado. Para tanto, alguns defenderam que era necessário preservar a cultura letrada contra a ameaça da mídia, por meio da educação cultural/artística para o povo, opção vista por alguns com reserva. Isso porque, para eles, a educação das massas acabava favorecendo a subliteratura



e a mediocridade, pois com o objetivo de tornar a arte acessível às camadas populares, isto se fazia em prejuízo do refinamento sensível. Entre estes, a solução era mais ou menos a seguinte: deixar o teatro crescer e, uma vez desenvolvido (o que ainda não era o caso do Brasil, segundo eles), integrar a ele as camadas populares.

Questão 6: essa posição entre os intelectuais em relação aos meios de massa era unânime?

Como observa Velloso, esse ponto de vista não era unânime, visto que nessa mesma época, havia quem duvidasse de que a cultura popular deveria ser isolada dos meios de comunicação. Muito ao contrário, eles acreditavam que urgia mesmo utilizar a mídia como veículo de incorporação das massas na modernidade, possibilitando, por meio dela, sua conscientização política.

É junto a esses intelectuais e artistas que, no bojo do projeto populista, começou a se formar uma tradição mais politizada da cultura, que, apesar de agregar intelectuais das mais diversas correntes de pensamento, possuía uma meta comum: o desenvolvimento da nação a partir do povo. Era esse objetivo, segundo Velloso, que alicerçaria vários projetos políticos, como os do Iseb, dos centros populares de cultura (CPCs), e dos movimentos de cultura popular no Nordeste e os de alfabetização, inspirados nos grupos católicos de esquerda.

6. Povo: a eterna inspiração

Questão 7: Na terceira parte, a autora trata, no contexto do populismo, de uma inédita valorização da cultura popular. Ela inicia observando que esse novo contexto engendrou um novo papel à intelectualidade e uma nova definição de povo brasileiro. Quais eram?

Segundo Velloso, quase todos os movimentos culturais apresentavam o intelectual como porta-voz do povo, encarregado da sua conscientização política. Além disso, ela observa que a questão longamente em aberto - quem é o povo do Brasil? - já tinha agora pronta sua resposta: os brasileiros eram todos os grupos sociais envolvidos no desenvolvimentismo “progressista” e “revolucionário”.

Nós podemos aqui tirar algumas conclusões. Apesar de ser definição social da matriz nacional - uma vez que o povo do Brasil é verdadeiramente o popular -, ela borrava e ocultava as diferenças de classe: o povo brasileiro era também aqueles que, incorporavam o popular. Assim, de algum modo, endossava-se uma dominação: cabia às classes médias, que incorporavam o popular, de dar voz ao popular e os guiar. É, enfim, definição do nacional como projeto político. As forças conservadoras, por estarem associadas ao projeto agrário e ao capital internacional, não apenas não representavam o interesse nem eram a nação.

Questão 8: nesse quadro qual é a arte que esses intelectuais defendem e produzem?

Velloso observa que as vanguardas intelectuais da classe média, auto identificadas como parte integrante do povo, assimilavam e reelaboravam elementos da cultura popular e folclórica. Nesse quadro, segundo ela, a favela e o sertão se impunham como paisagem a representar privilegiadamente o nacional. Além disso, procurava-se dar um sentido “realista” à arte, seguindo uma estratégia formal que procurava primar pela didática, pois se acreditava que educar significava entrar em contato com a “alma da nação”. Velloso observa que essa visão idealizada do popular seria vista por alguns com reserva, uma vez que nela o povo acabava se transformando em mero espectador.

Questão 9: segundo a autora, este entendimento do que era o nacional e a arte que lhe era correspondente representava a junção de duas correntes de pensamento. Quais eram?



Eram o romantismo e populismo. Ela explica que os termos que tradicionalmente caracterizavam essas correntes (e que, portanto, as opunham particularismo X universalismo, emoção X razão) – foram sobrepujados pela ideia de pertencimento a um grupo ou cultura. Assim, ela observa que, mesmo as análises pretensamente racionalistas, como as do Iseb, não escapavam de certo viés metafísico do tipo: ser nacional, alma da nação, espírito do povo, etc.

7. Os artífices da nação

Questão 10: Nessa parte, Velloso analisa em detalhe a atuação da Academia Brasileira de letras e sua atuação na recuperação e defesa de uma cultura nacional-popular. Assim, a autora ressalta o papel central que o folclore ocupa nesse esforço. Para ABL, qual era a relação entre nação e folclore?

Conforme Velloso, para os intelectuais da ABL, o conceito de povo só poderia ser apreendido e compreendido dentro do universo do folclore. Esse era visto como o único saber capaz de produzir um discurso competente sobre o povo e a nação. E mais do que isso: o folclore permitiria a própria redenção do povo e a proteção de seu saber, ameaçado pelos avanços tecnológicos.

Questão 11: O folclore disputava com a história, portanto, o papel de disciplina que nos informaria o que é a nação. Nesse quadro, qual a vantagem do folclore em relação à história como conhecimento para a ABL?

Para a ABL, enquanto a história se ocupava apenas do passado, o folclore trabalhava na dinamicidade do presente, uma vez que estudava o povo, entidade metafísica e, portanto essencial, que escapava à temporalidade histórica.

Além disso, o folclore não era apenas a história viva, mas a história viva do povo, devendo substituir a própria História (a disciplina), que até agora só teria se preocupado em fazer a biografia dos soberanos.

Outro ponto interessante a observar, por fim, é que o sentimento era um atributo do trabalho folclorista. Se o seu trabalho era autorizado pelo método científico, este se tornaria estéril se não viesse reforçado por sua dimensão afetiva.

Questão 12: na sequência, Velloso ressalta que, dentro do entendimento do que seria o “popular”, alguns grupos e esferas eram privilegiados. Quem/quais?

Ela observa que, na década de 1950, não apenas a maioria dos nossos intelectuais passou a defender, de modo inédito até então, a maior integração do negro e do índio, como também que eles fossem vistos como os portadores – até aquele momento, negligenciados – de nossas verdades passadas.

Outro dado que chama atenção, segundo a autora, é a distinção entre “popular-rural” que era entendido como positivo, e o “popular-urbano” assumido como negativo. Segundo esses folcloristas, na área rural, seriam encontradas nossas tradições mais puras, nossas relações mais estreitas com o passado.

Questão 13: neste discurso, o popular era por si mesmo sempre oportuno?

Velloso observa que a visão idealizada não se sustentaria o tempo todo. No afã de justificar a atuação mediadora e transformadora do intelectual, veiculava-se o entendimento de cultura popular como algo inacabado: era pedra bruta à espera de mão competente para tornar-se joia e, assim, ser devidamente apreciada e fixada. É importante observar aqui que, assim como o populismo em termos políticos se apresentava e agia em nome do povo – o qual, portanto, deveria assumir uma postura passiva –, a ação cultural apresentava disposição idêntica. Se cabia ao político descobrir e executar o que o era bom para o povo, ao intelectual cabia saber e ensinar o que era este povo.



Questão 14: Finalizando, ela lembra que o popular não era interesse apenas dos folcloristas da Academia Brasileira de Letras (ABL), visto que outros intelectuais iriam fazer diferentes usos dela. Quem? Como?

A ideia do popular como revelação e/ou essência da nação não era criação exclusiva dos folcloristas. Ela também estava subjacente às reflexões do Iseb e até mesmo às análises dos CPCs. Segundo Velloso, na década de 1950, o povo era o grande eleito: seja entendido como portador da tradição, seja como depositário, pelo contrário, da transformação ou da contestação. Assim, ele era o referencial visado pelas mais diversas correntes de pensamento.

7. Conclusão

Vimos, com Velloso, que, na década de 1950, os intelectuais apareceram como elementos que tinham o destino de conduzir o país ao desenvolvimento e ao povo o estatuto de portador da autenticidade nacional, que poderia ser situada tanto num passado mítico ou num futuro glorioso. Daí, a preocupação de defender o popular da cultura de massas ou se aproveitar dela em benefício deste, segundo alguns, pois disso dependeria o futuro da nação.

8. Sugestão de leitura

CARDOSO, Mirian Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimentismo: Brasil JK*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O tempo da experiência democrática. O Brasil Republicano v. 3: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Capital internacional, cultura de consumo e comportamento político das classes médias

Texto-base:

FIGUEREDO, Anna Cristina Moraes. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*. In: _____. Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec/História Social-USP, 1998, p. 117-154.

1. Introdução

Neste capítulo, trataremos de outros elementos que surgiram a partir da década de 1950 e que compuseram, juntamente com aqueles já tratados no curso, o quadro político-cultural então vigente e cujas tensões estariam na origem do golpe militar de 1964. Tais elementos diziam respeito, em primeiro lugar, à investida mais direta dos interesses norte-americanos e do capital internacional, por meio de seus representantes, na política interna do país. Essa atuação seria mediada e propiciada pelos grupos econômicos cujos interesses estiveram associados a agentes estrangeiros.

Por fim, ela também não seria possível, tal como se procurará mostrar, se não contasse também com o apoio da nascente classe média. Essa aliança seria conquistada por meio da disseminação de determinada representação de democracia e liberdade, associada às novas modalidades de consumo. Faremos isso com base no trabalho de Anna Cristina Moraes Figueredo, historiadora, bacharela e doutora pela Universidade de São Paulo. Seu texto, publicado em 1998, é um capítulo de sua tese de doutoramento.

2. A Guerra Fria e a disputa ideológica

Questão 1: Anna Figueredo inicia seu texto observando que, durante a Guerra Fria, se a distribuição de territórios de hegemonia entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Europa era mais ou menos bem aceita por ambas as partes, o mesmo não ocorria no resto do globo. Por que e qual foi a consequência disso, no caso do Brasil?

Fora do território europeu, a situação era muito mais indefinida, uma vez que, com o fim dos antigos impérios coloniais, era impossível prever com quem os estados recém-independentes iriam se alinhar; Foi, portanto, justamente essas regiões que os EUA e a URSS disputaram de modo mais crítico e belicoso. Complementarmente às escaramuças armadas, o proselitismo ideológico assumiu papel central no conflito: os dois lados se arvoravam e, sobretudo, se apresentavam como os guardiões, por excelência, da *liberdade*.

Os países da América Latina estavam, na sua maioria, ligados aos EUA por estreitos vínculos econômicos. Era resultado do alinhamento em função da Doutrina Monroe, em 1947, e da própria difusão do *american way of life*, por meio da indústria cultural, e à elevação do padrão de consumo das classes altas e médias urbanas.

Contudo, desde então no Brasil, também havia crescido, entre alguns grupos, a oposição à aliança entre Brasil e Estados Unidos, sobretudo, devido ao sucesso ideológico do nacional-desenvolvimentismo. Este fato, somado à pressão popular pela ampliação do processo democrático no país, que acompanhava o fim



do Estado Novo, fizeram com que os setores, política e economicamente mais próximos aos interesses norte-americanos, cuidassem, por todos os meios possíveis, de assegurar o quanto antes o controle do país. Eles sabiam, no entanto, que esse plano só seria possível se estivesse respaldado pela opinião pública: se fosse aceito como uma suposta vontade geral, o que exigiria, por sua vez, buscar apoio de outros segmentos socioeconômicos.

Como resultado disso, Velloso lembra que a oposição entre “comunismo” e “democracia” não apenas fundamentaria toda a propaganda ideológica dos anos de 1950 e 60, como foi com base nessa oposição que a sociedade se alinharia ou não com os militares. Daí, a importância de se discutir esse processo político-cultural.

2. Os meios de comunicação e a representação da democracia e do comunismo

Questão 2: qual foi a estratégia utilizada para a propaganda ideológica?

Figueredo observa que, de modo a angariar apoio de um espectro mais amplo da população, foi de fundamental importância o recurso aos meios de comunicação, visto que foram instrumento de veiculação e inculcamento de determinados valores e ideias em favor dos segmentos conservadores, associados ao capital internacional.

Questão 3: nos anos de 1950 e 60, o que se entendia por *democracia* e por *comunismo*, conforme apareciam expressos nos textos noticiosos e, de forma implícita, nas mensagens publicitárias? Em que medida essa representação era novidade?

Ela observa que todos os periódicos por ela analisados fazem referência à *democracia* ou ao comunismo. Nesses textos, a palavra *democracia* estava sempre associada a imagens positivas. Entre elas: paz, harmonia, liberdade e abundância.

Por outro lado, o termo *comunismo* evocava, nas revistas, imagens negativas, sugerindo opressão, violência e penúria, e provocando medo e desconfiança. Como lembra Figueredo, tal maniqueísmo não era, em si, novidade. Desde a década de 1920 e por toda a década de 30, a propaganda anticomunista foi utilizada como cimento na construção de uma identidade, na qual o comunismo era apresentado como ameaça de despedaçamento da nação. Tanto é assim que as mesmas imagens da família, da ordem e do cristianismo pelas quais se organizou tal propaganda seriam, de algum modo, reempregadas nas décadas de 1950 e 1960. A autora observa, porém, que nessas décadas, foi sobre a imagem da *liberdade*, em particular, que iria se fundamentar a propaganda anticomunista.

Questão 4: inicialmente qual era o sentido dado à liberdade?

Tratava-se de uma concepção liberal de liberdade, segundo a qual os indivíduos tinham certos direitos fundamentais que, tornava ilegítima qualquer intervenção que limitasse ou eliminasse aqueles direitos. Como tal tradição entendia as desigualdades sociais como fruto da manifestação espontânea das “personalidades individuais”, qualquer tentativa de impor uma igualdade entre indivíduos era assumida, por conseguinte, como um atentado à liberdade. Ela observa, porém, que à medida que o termo era crescentemente empregado pela mídia, também mais ele se esvaziava de um sentido preciso.

3. A internacionalização da economia, cultura de consumo e a ideia de liberdade

Questão 5: segundo Figueiredo, no início dos anos de 1960, durante a articulação de alguns setores contra o governo de João Goulart, o recurso



ao termo *liberdade* tomou-se marcadamente constante. Quais foram as mudanças nesse ínterim?

As mudanças que iriam fomentar a nova disposição de alguns em relação ao governo e o ímpeto com que se atirariam à propaganda política têm início nas políticas dos governos de Café Filho e João Goulart. Nelas as multinacionais encontraram terreno tremendamente favorável à expansão no Brasil.

O fato é que tal política de incentivo à internacionalização da economia brasileira acirrou as contradições do regime populista, uma vez que as exigências em favor da manutenção de altas taxas de lucro conflitavam frontalmente com expectativas crescentes, por parte das camadas populares, de maior participação política e, sobretudo, de melhor divisão da riqueza acumulada pelo crescimento econômico.

Assim, especialmente com a crise econômica do início dos anos de 1960, o governo se viu de algum modo dividido entre a pressão crescente de duas forças. Ao escolher o apoio dos movimentos populares, o presidente João Goulart acirrou a contrariedade que já lhe dirigiam os setores mais conservadores da sociedade e os associados ao capital internacional. Disso resultaria, segundo a autora, a articulação do golpe que derrubaria o presidente em 1964.

Questão 6: nesse contexto, as revistas passaram a veicular constantemente um volume extraordinário de artigos e matérias denunciando o comunismo: o fundamental era a defesa da *liberdade*. No noticiário sobre os refugiados do regime comunista, por exemplo, qual era a primeira oposição que se colocava entre tal regime e a *liberdade*?

Como explica Figueredo, as revistas insistiam em acusar a incompatibilidade entre comunismo e “liberdades democráticas”, ao mesmo tempo em que alegavam que estas eram plenas nos países capitalistas. Assim, estabeleciam uma associação imediata entre os termos *liberdade*, *democracia* e *capitalismo* de um lado, e *escravidão*, *totalitarismo* e *comunismo* de outro, de modo que seria impossível imaginar uma república democrática num regime econômico não capitalista.

Questão 7: qual o sentido ainda mais específico que esse novo contexto traz à ideia de *liberdade*?

Figueiredo observa que, cada vez mais, o tema da “liberdade” deixava de estar limitado ao noticiário e passava a aparecer mais em textos publicitários. A mudança sinalizava para uma transformação importante no sentido dado à liberdade, dentro de um contexto de participação crescente dos sujeitos na condição de consumidores dentro do sistema.

É o tempo de uma representação, segundo a qual, no âmbito do lazer, em que cada cidadão podia usufruir dos ganhos do trabalho sem os necessários constrangimentos que este impunha, é que ele podia sentir-se livre. De acordo com a ideia, isso se passava, sobretudo, porque era o lazer a ocasião do *consumo*, que, por ser assunto estritamente pessoal, era manifestação da pura vontade. Tal *liberdade*, diferentemente daquela associada à esfera pública, não era apenas de exprimir sua opinião, mas sua própria pessoa.

5. Consumo, democracia e comunismo

Questão 8: Figueiredo lembra que, com a internacionalização de nossa economia, se formou um mercado consumidor constituído principalmente pelas camadas médias e altas, as quais adotavam como modelo o *american way of life* e sua cultura de consumo. Era essa cultura de consumo que favoreceria, segundo ela, uma reformulação no conceito de democracia. Como?

Da cultura de consumo difundiu-se no país a ideia de que, como desenvolvimento do capitalismo no Brasil, chegar-se-ia o dia em que todos os brasileiros



poderiam ter mais tempo de lazer e o mesmo padrão de conforto e bem-estar.

Figueiredo, referenciando o filósofo Jean Braudillard, lembra que o princípio democrático achava-se, então, transferido de uma igualdade real - das capacidades, responsabilidades e possibilidades sociais - para a igualdade diante do objeto e outros signos aparentes do êxito social: uma igualdade inteiramente formal.

American way of life: Costumes urbanos norte-americanos difundidos pela indústria cultural.

Questão 9: nesse quadro de pensamento, como foi apreendida a crise econômica?

Na medida em que se percebia que a economia brasileira entrava em desaquecimento, disseminava-se, entre as camadas médias urbanas, um temor que crescia *pari passu* com a constatação de que caía seu poder aquisitivo, uma vez que os salários não acompanhavam a inflação.

A proletarianização e a consequente frustração dos recentemente cultivados desejos de consumo eram vistos como uma real possibilidade. Conforme observa Figueiredo, os setores conservadores e seus representantes na mídia explorariam tal sentimento, direcionando-o a determinada avaliação negativa da política governamental, pela exposição de uma série de argumentos.

Um deles era que as classes médias seriam as principais vítimas da relação conflituosa entre os “excessivamente ricos” e os “incapazes”. O outro lembrava que, na medida em que parte do proletariado conquistasse o acesso aos bens de consumo, nada mais diferenciaria a classe média daqueles. Por fim, ressentia-se da perda de “tempo de lazer” imposta pela crise, visto que tornava necessário, para a manutenção da renda, uma carga de trabalho suplementar.

Questão 10: e nesse quadro de pensamento, como aparece o comunismo?

Entre as muitas conotações negativas que eram comumente atribuídas ao regime comunista, além de ser contrário à tradição, à família, à religião, à propriedade e à liberdade, veio somar-se a ideia de que nele nada havia para se consumir: era marcado tanto escassez de bens de consumo como também pelo excesso de trabalho que impedia seu usufruto. Em suma, nessas condições, não era possível a felicidade.

6. O debate historiográfico

Questão 11: como a autora se situa em relação ao debate historiográfico?

Ela discorda de Décio Saes em relação à atuação das camadas médias brasileiras no que toca ao Golpe Militar de 1964, uma vez que a interpretação se ressentia, segundo ela, de uma leitura puramente economicista da adesão dessas camadas ao golpe. De acordo com Saes, tal interpretação supõe que é a consideração da manutenção ou da expansão de seu nível de consumo que leva as camadas médias a aceitar a instituição de um poder autoritário.

Figueiredo reconhece que a “condição de consumidores” foi um dos principais elementos produzidos pela transformação do capitalismo brasileiro. Além disso, estava intimamente associada à transformação no imaginário social e político das camadas médias urbanas - mutação fundamental para que fossem eficazes as campanhas ideológicas da ofensiva antijanguista.

No entanto, a autora observa que a omissão de amplos segmentos dessas camadas nas críticas e ataques ao regime militar, não se deve à mera “barganha”, em troca de um nível de renda aumentado. Para ela, tal questão envolve “uma manipulação do conceito de democracia, que passa da esfera pública para a esfera privada e se consubstancia na possibilidade de acesso, acumulação e ostentação dos bens de consumo. Por fim, lembra que essa concepção de democracia



não era apenas produto do processo histórico especificamente brasileiro, mas é encontrada também em todo o mundo capitalista.

7. Sugestão de leitura

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O tempo da experiência democrática. O Brasil Republicano v. 3: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

O debate historiográfico sobre o governo João Goulart

Texto-base:

MATTOS, Marcelo Badaró. *O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*. Revista Brasileira de História, 28/55, 2008, p. 245-263

1. Introdução

Neste capítulo, faremos um balanço da historiografia sobre o governo João Goulart. Isso é importante, pois esta fase, que encerrou o período da história presidencial a que se costuma chamar de populismo, foi também aquela na qual o quadro das forças sociais concorrentes e opostas que analisamos em cada uma das aulas anteriores atinge sua tensão máxima, da qual resultaria o Golpe Militar de 1964.

Para tanto, nos apoiaremos no texto de Marcelo Badaró Mattos. Ele é historiador, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, onde atualmente é docente. O texto em questão é um panorama bibliográfico sobre a gestão João Goulart e suas relações com o golpe de 1964, publicado na revista Brasileira de História, em 2008.

2. Observação geral

Questão 1: Qual a observação geral a respeito da historiografia sobre o governo João Goulart com a qual o autor abre seu artigo?

Mattos observa que a imensa maioria da historiografia que tratou do governo João Goulart o fez preocupada apenas em vê-lo como o processo que culminou com o golpe. Assim, para ele, a mais recente produção sobre aquele período, que procura entendê-lo a partir de suas características, independentemente do desfecho do Golpe Militar, é um importante sinal de superação da antiga teleologia que caracterizava as interpretações sobre esse momento histórico.

3. O primeiro ciclo

Na primeira metade de seu texto, Mattos aborda as interpretações tradicionais a respeito do período de governo de Goulart, mais preocupadas em entendê-lo basicamente a partir do golpe de 1964. Mattos divide essas interpretações em quatro ciclos de estudos.

Questão 2: Sobre o primeiro, o autor assinala que, até a década de 1970, as interpretações que a academia produziu sobre o golpe giravam em torno de dois pontos. Quais eram eles?

Um deles é a tese da crise de acumulação. Segundo ela, o modelo econômico brasileiro dependente vivia uma crise apenas superável pela mudança política. Tal mudança deveria assegurar abertura maior para o capital estrangeiro e um completo controle sobre as organizações e lutas dos trabalhadores, de modo a permitir o arrocho salarial e, assim, o lucro.

O segundo é a tese da crise do populismo e de seu pacto social, interpretados como fundamentos da dominação de classes. Segundo essa tese, isto ocorreu na medida em que as massas passaram a fazer exigências que iam além do que as classes dominantes pretendiam conceder. Mattos reconhece a importância dessas primeiras interpretações, por entender o golpe pelo prisma mais am-

plo, tanto em termos das dimensões econômicas, como das políticas e sociais. Segundo o autor, o problema estava nos usos e abusos dessas interpretações. Um deles, por exemplo, entendia de modo simplista as organizações formais dos trabalhadores como um tipo de **'sindicalismo populista'**.

'Sindicalismo populista': Sindicalismo corporativista (ver significado na Aula 2 deste curso).

4. O segundo ciclo

Questão 3: o segundo ciclo, para Mattos, inicia-se na década de 1980 e dá ênfase, em sua explicação sobre o golpe, às articulações entre setores das classes dominantes e militares, como era o caso do trabalho de René Dreifuss. Qual o ponto principal dessa interpretação?

Ela ressalta o papel decisivo do grande capital, isto é, dos grandes empresários, sob a liderança do bloco multinacional, na articulação do golpe, por meio do complexo Ipes-Ibad. Nesta interpretação, o golpe é visto como movimento social civil-militar. Assim, a natureza classista do golpe e da ditadura instaurada é o foco de sua análise.

5. O terceiro ciclo

Ele passa a se deter um pouco mais no terceiro ciclo que, segundo Mattos, tem lugar na década de 1990. Entre as análises, ele destaca os resultados da pesquisa de um grupo do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, que teve por base em depoimentos com militares.

O primeiro exemplar desse grupo que o autor analisa é o dos trabalhos de Gláucio Ary Soares (1994). Ele contesta as já comentadas interpretações que procuravam explicar o golpe a partir dos fatores econômicos mais gerais. Ele faz isso por meio da contraposição dessas interpretações com as memórias dos golpistas e conclui pela correção das segundas.

Questão 4: quais são os argumentos de Soares?

A despeito de reconhecer que houve uma conspiração para dar o golpe desde a saída de Jânio Quadros, Soares observa que ela não possuía um comando organizado.

Além disso, de acordo com o autor, se essa conspiração contou com apoio dos grupos econômicos brasileiros, tratou-se, sobretudo, de uma conspiração militar, isto é, pensada e realizada sob comando destes. Nessa interpretação, pretende-se contrapor as teses de que o golpe foi resultado direto da ação organizada do grande capital, com apoio militar e da política externa dos Estados Unidos.

Por fim, Soares defende a hipótese de que não havia entre os vencedores do golpe um projeto de governo. Em outras palavras, o movimento sabia o que queria destruir, mas não o que pôr no lugar.

Questão 5: qual a crítica que Badaró faz a Soares?

Em primeiro lugar, o fato de Soares utilizar como fonte apenas os depoimentos de oficiais de segunda ordem e, portanto, não ocupavam papel dirigente no momento das articulações golpistas.

Já sobre o segundo argumento, Mattos observa que ele dá pouca importância ao fato de que, já logo no início do governo, foi aprovada uma série de medidas que haviam sido antes analisadas e projetadas pelo Ipes.

Questão 6: outro trabalho desse ciclo que Mattos comenta é o de Argelina Figueiredo, também reocupada em contestar as análises ditas "estruturais". Quais são os argumentos dela?



Ela observa que a conspiração sozinha não seria suficiente para que o golpe político tivesse sucesso. Segundo Mattos, a autora tenta provar que a ordem democrática vigente durante a gestão Jango, ao contrário do que acreditavam as análises estruturais, comportava, sim, possibilidade de reformas moderadas. Mas elas não aconteceram por que ambos os lados em disputa decidiram radicalizar ao máximo suas exigências, o que foi feito em prejuízo da democracia. Para isso, teria contribuído também, em ambos os lados, a visão instrumental de democracia. Para Mattos, a novidade dessa interpretação é que a responsabilidade pelo golpe é atribuída tanto aos vencedores quanto aos vencidos.

6. O quarto ciclo

Segundo Motta, o quarto ciclo se dá em 2004, nos quarenta anos do golpe, no qual as teses do ciclo anterior são, de algum modo, radicalizadas. Este é o caso, de acordo com ele, das pesquisas de Elio Gaspari, Jorge Ferreira e o de Daniel Araújo Reis. O argumento principal desse grupo é a tese de que, ao fim do governo Goulart, havia dois golpes em andamento, tanto por parte dos setores à direita, como por parte do governo e das esquerdas.

Questão 7: como Mattos refuta essas interpretações?

Mattos retoma a crítica que Caio Navarro de Toledo faz a essa interpretação. Segundo Toledo esta tese reforça as versões laudatórias do golpe, legitimando a ação golpista ou ao menos diminuindo as responsabilidades dos militares e da direita civil. Em seguida, Mattos assinala a objeção feita agora por Marcelo Ridenti às teses de Gaspari e Reis. Para Ridenti, o resultado da ação das esquerdas foi o de uma luta de resistência contra a ditadura, antes e depois do golpe de 1964. Isso porque a questão da democracia era já bastante candente no contexto da Guerra Fria, na qual os Estados Unidos apoiavam, sem maiores constrangimentos, golpes militares na América Latina.

7. Livro de Marieta de Moraes Ferreira

Mattos dedica toda a segunda metade de seu texto para analisar a produção mais recente sobre o governo João Goulart. Ele inicia tratando do livro organizado por Marieta de Moraes Ferreira, o qual observa que a memória do governo Jango tem estado marcada por uma leitura ainda presa aos posicionamentos ideológicos circunscritos ao contexto do Golpe. Dessa forma, compõe uma leitura limitadora e tendencialmente negativa em relação a Jango. Por isso, propõe examinar várias faces da trajetória política de Goulart e de seu governo.

Questão 8: o que concluem alguns dos trabalhos sobre o governo João Goulart nesta obra?

O capítulo de Mário Grynzpan define os anos do início da década de 1960 como fase de aceleração tanto dos processos de luta pela terra, como, sobretudo, da transformação da questão agrária em pauta fundamental dos projetos nacionais de desenvolvimento entre os intelectuais e políticos.

Já a parte de Hildete Pereira Melo, Pinkusfeld e Araújo destaca que a crise econômica durante sua gestão se deveu à falta de um pacto abrangente das forças sociais, políticas e econômicas, e não à má gestão por parte de Jango.

O capítulo de Rodrigo Pato Sá Motta, por sua vez, demonstra que o discurso que associava Goulart ao “perigo vermelho” só conquistaria espaço em 1963, para servir de aglutinador da ampla mobilização social para a derrubada de seu governo. Como nos mostra Mattos, o capítulo de Marieta Ferreira reforça quase todas as hipóteses colocadas individualmente por seus colegas.

8. A obra de Ângela Gomes e Jorge Ferreira

Partindo do mesmo acervo, Matos observa que a obra de Ângela Gomes e Jorge Ferreira apresenta o desafio de permitir leituras múltiplas da trajetória de Jango, visto como personagem contraditório.

Questão 9: Quais os problemas?

Segundo Mattos, a despeito do objetivo proposto pelos autores, as variadas interpretações historiográficas não recebem destaque. As teses da radicalização de 'esquerdas' e 'direitas' são as únicas apresentadas. Além disso, a avaliação do governo Goulart parece pouco aberta aos eventuais conflitos de interpretação, atribuindo-se as ações levadas a cabo em seu governo apenas à vontade do presidente, as quais são sempre avaliadas positivamente.

9. O trabalho de Oswaldo Munteal, Jacqueline Ventapane e Adriano de Freixo

Segundo Mattos, a constituição de uma pluralidade de interpretações sobre o governo Jango também parece ser o objetivo do trabalho de Munteal, Ventapane e Freixo. Nele, os autores pretendem identificar as contradições que cercaram o governo Goulart a partir de um escopo mais amplo, marcado tanto pela expansão do capital norte-americano na América Latina, como também pelas políticas externas estadunidenses de contenção dos conflitos sociais na região.

Questão 10: segundo Mattos, em sua análise, os organizadores da obra retomam os argumentos centrais das pioneiras formulações da teoria da dependência. Quais são?

Eles retomam a hipótese de que o golpe de 1964 estancou o avanço nacional-democrático, inserindo o país na trajetória do desenvolvimento econômico dependente, escorado no capital internacional e em consonância com a ordem mundial então definida pela Guerra Fria. Além disso, recuperam a interpretação de que os representantes de pesados interesses de classe, conjuntamente com as demandas do capital estrangeiro, permitiram que uma nova classe ascendesse ao poder.

Questão 11: a partir desse quadro interpretativo, o que concluem e quais são as outras contribuições desse trabalho conjunto?

Segundo os organizadores, o ministério do presidente Goulart, ao contrário de ter-se constituído de aventureiros ou irresponsáveis, caracterizou-se por congregar burocratas e intelectuais. Ainda sobre esta obra, Mattos observa que ela permite, por sua seleção de textos de época, conhecer os fundamentos de uma política nacionalista e seu entendimento acerca do desenvolvimento econômico e política externa. Possibilita ainda conhecer o sentido que os intelectuais recrutados pelo governo Jango atribuíam às reformas de base.

10. Análise geral da contribuição dos novos estudos

Questão 12: para o autor, quais são as qualidades gerais de nova leva de estudos?

Em primeiro lugar, ele observa que essa nova leva de estudos está influenciada pela perspectiva de uma "história política renovada" e, como tal, é capaz, em primeiro lugar, de propor leituras arejadas a respeito da mecânica de tomada de decisões entre aqueles responsáveis pela gestão do Estado. Além disso, permite finalmente reconstituir o embate entre "memórias rivais" sobre o fim do populismo e o Golpe de 1964. Reconstrução que, segundo o autor, é bastante



esclarecedora, a respeito das razões da permanência de uma avaliação negativa sobre o governo Goulart.

Questão 13: e o que falta nesta historiografia, para Mattos?

Segundo Mattos, é necessário ainda realizar-se uma conexão maior entre tal análise política e a história social daquele período. Ele observa que isso não deve ser feito de modo a negar todo elemento de autonomia à dimensão política, como certa tradição interpretativa anterior. Mas deve ser feita de forma que seja possível visualizar, para além dos conflitos entre 'esquerdas' e 'direitas', aquilo que também alimenta esta disputa, isto é, os interesses sociais distintos e conflitantes.

11. Sugestão de leitura

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio A.D.; CASTRO, Celso (ogs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. IN: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano v. 3: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Jorge FERREIRA. *João Goulart: uma biografia*. Rio: Civilização Brasileira, 2011.

MARTINS FILHO, João R. *O Golpe de 64 e a ditadura militar. Novas Perspectivas*. São Carlos, Ed. UFSCAR, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. SP: Vértice, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, n. 47, pp. 13-28, 2004

O debate historiográfico sobre o regime militar

Texto-base:

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.14, no 47, p. 69-60, 2004.

1. Introdução

Neste capítulo, apresentaremos as principais hipóteses e debates a respeito do regime militar que se instaurou a partir de 1964. Para tanto utilizaremos o texto de Carlos Fico, publicado em 2004, por ocasião do 40 anos do golpe, na Revista Brasileira de História. O autor, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre pela Universidade Federal Fluminense e doutor em História pela Universidade de São Paulo, é hoje professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um dos principais nomes sobre o Regime Militar.

Neste texto, Fico faz um balanço das principais hipóteses, correntes interpretativas e debates sobre esse terrível período que ocupa uma parte importante da história recente do país o qual – tendo em vista que alguns de seus principais protagonistas e antagonistas e mesmo muitos aspectos de seu legado ainda se encontram presente hoje – suscita uma viva gama de polêmicas e anima vigorosamente as reflexões. Além disso, como esse texto aborda questões relativas ao golpe de 1964, ele serve em alguns momentos de contraponto ao balanço que sobre esse evento nos ofereceu o já discutido texto de Marcelo Badaró Mattos.

2. Considerações gerais

No item que abre seu artigo, Carlos Fico faz algumas considerações gerais sobre a história da historiografia sobre o Golpe de 1964 e o regime que ele instaurou.

Questão 1: Fico observa que foi notável, em 2004, o interesse despertado pelos eventos relacionados ao Golpe de 1964, em contraste como que ocorreria na década anterior. Qual a razão disso?

Para Fico, a explicação disso encontra-se no fato de que velhos mitos e generalizações estão sendo abandonados, resultado de uma leitura mais desapassionada daquele período, fato que só foi possível pela própria passagem do tempo, uma vez que cada vez mais aumenta o número de pesquisadores sobre tema que não viveram e sobretudo participaram das lutas que caracterizaram o período.

Questão 2: como resultado desse distanciamento salutar, novas verdades, segundo Fico, vêm surgindo. Quais?

Em primeiro lugar, as novas pesquisas vêm denunciando o pouco valor que na prática os principais atores históricos do contexto do golpe atribuíam à democracia, tanto da parte da direita quanto da esquerda. Nesse sentido, observou-se, segundo o autor, uma mudança na imagem das esquerdas revolucionárias que abraçaram a luta armada. Anteriormente, porém, elas figuravam como guardiões da resistência democrática, bem como de João Goulart. Isso porque vem se desconstruindo, segundo o autor, o mito do presidente de perfil reformista que foi vítima de forças reacionárias.

Como se vê, nesse último aspecto, é marcante a ênfase de Carlos Fico em relação à de Marcelo Mattos sobre as mudanças relativas à historiografia sobre o governo João Goulart. Se este enfatiza os trabalhos que vêm recuperando a imagem do presidente, o outro sublinha os trabalhos que salientam a inépcia e mesmo a pretensão golpista do ex-presidente.



Questão 3: Fico observa que alguns lugares-comuns relativos ao militares também vão sendo derrubados. Quais, por exemplo?

Um deles foi a ideia de que, antes de 1968, não houve tortura e censura. Um segundo foi a hipótese muito disseminada de que a alta hierarquia das forças armadas não tinha responsabilidade pela tortura e o assassinato de militantes da oposição. Outro ainda foi a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um conjunto homogêneo e orgânico. E, por fim, foi derrubado que havia a divisão simplificadora dos militares em “duros” ou “moderados”.

Questão 4: o que ele informa, no geral, sobre a história da historiografia sobre o golpe e o regime militar?

Fico observa também que o tratamento propriamente historiográfico da ditadura militar foi recente, fruto do interesse crescente dos egressos dos cursos de graduação em História pelos temas do período, os quais incorporaram temáticas antes teorizadas quase exclusivamente por cientistas políticos e sociólogos ou narradas pelos próprios contemporâneos do regime.

Segundo ele, a literatura sobre o Golpe de 64 e o regime militar pode ser dividida, em sua primeira fase, por dois importantes gêneros. O primeiro, segundo Fico, consistiu-se numa espécie de politologia (*abordagem exclusivamente política*). Proveniente em grande parte da Ciência Política norte-americana, procurou explicar e classificar, de modo a quase compor rígidos modelos teóricos, as crises militares de países como o Brasil.

O segundo gênero foi a memorialística, a qual pode ser entendida, segundo ele, como uma das primeiras tentativas de constituição de uma narrativa histórica sobre o período. Esta produziria um primeiro grupo de versões sobre a ditadura militar, algumas das quais, com o avançar dos estudos, seriam reconhecidas como errôneas ou demasiadamente generalizantes.

3. Controvérsias

Questão 5: na segunda parte do texto, Fico trata das versões sobre o golpe e o regime, que se fixaram no senso comum como aceitas e que vêm sendo desconstruídas. A primeira delas se refere ao governo Castelo Branco e seus apoiadores. Qual é seu conteúdo e como ela foi desconstruída?

Conforme lembra mais uma vez Fico, é bastante disseminada a caracterização do marechal Castelo Branco e do conjunto de militares que, como ele, possuíam uma formação intelectual mais refinada, como tendentes a defender as normas legais e o tratamento mais brando aos inimigos da “revolução”. A contestação dessa visão é hoje feito por pesquisas cujo pressuposto básico seria o entendimento do regime militar como o da trajetória de surgimento, ascensão, auge e decadência do setor conhecido como *linha dura*. Segundo essa interpretação, Castelo foi pusilânime com as ações da linha dura, não conseguiu enfrentá-la e permitiu, assim, que ela conquistasse, aos poucos, o poder. O que tal interpretação permite entender, segundo Fico, era que muito antes de 1968 esteve presente um projeto repressivo fundamentado na ação violenta de limpeza da oposição ao regime.

Questão 6: em relação à observação das divisões internas dos militares, qual é a versão a ser revisada?

A dicotomia “linha dura” versus “moderados” (ou “castelistas”) e a consequente ideia segundo a qual a tortura e o extermínio seriam da responsabilidade de subalternos, sem o conhecimento e endosso por parte dos oficiais-generais. Como argumenta Fico, essas hipóteses não são plausíveis para o período seguinte ao Ato Institucional nº2 (AI-2), uma vez que a tortura e o extermínio se tornaram práticas oficializadas e autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes.

Além disso, não havia homogeneidade nas instâncias diretamente envolvidas com a repressão - os chamados “porões da ditadura”. Embora estivessem todas articuladas umas às outras, comportavam diferenças entre si e operavam a partir de parâmetros distintos. Segundo Fico, essas instâncias podem ser divididas em duas dimensões: a primeira, mais óbvia, de viés saneador, a qual cabia assegurar a eliminação, por meio da força física, da ameaça comunista, e a segunda, preventiva, procuraria fazer isso por meio de uma atuação de natureza pedagógica.

Segundo o autor, ainda que todos os militares remanescentes do golpe e outros agentes do regime comungassem com aquilo que chama de “utopia autoritária” (que é o que permitiu que este sistema funcionasse como tal), o maior ou menor grau de empatia com ela dependia de seu envolvimento com uma ou outra dimensão.

4. A produção recente: características gerais

Questão 7: na terceira parte do texto, Fico dá início à análise da produção recente sobre o golpe militar, tratando especificamente de alguns traços gerais que caracterizariam essa produção. Quais foram?

Ele observa que a nova fase de estudos sobre a ditadura militar foi feita no contexto da chegada da “Nova História” ao país. Sob sua influência, fundamentou suas hipóteses com a valorização do indivíduo e de sua subjetividade em contraste com as leituras estruturalistas.

Além disso, os pesquisadores que na época do regime atuaram na luta armada passaram a dar lugar a outros autores que participaram da fase final da ditadura militar - período mais marcado pela resistência democrática. Por fim, essa produção também se caracteriza pela abertura de acervos de documentos sigilosos diretamente produzidos pelos governos militares.

5. As Causas do Golpe: o debate historiográfico

Questão 8: no item seguinte, Fico aborda o debate historiográfico em torno das causas do golpe. Segundo o autor, as pesquisas poderiam ser agrupadas em três correntes. Uma delas era a das tentativas de teorização da Ciência Política, representada pelo trabalho de Alfred Stepan. Quais as ideias principais?

Segundo ele, as razões da “revolução” derivavam da inabilidade de Goulart em devolver equilíbrio ao sistema político. Os militares, nesse quadro, sentiram-se ameaçados devido à quebra da disciplina e da hierarquia, bem como do fato de que critérios políticos estavam orientando as promoções no Exército, sugerindo a construção de uma força paralela leal ao presidente.

Diante disso e da autoconfiança propiciada pelas doutrinas e treinamentos oferecidos pela **Escola Superior de Guerra (ESG)**, os militares reagiram, segundo Stephan, de modo inédito na história do país: não apenas depuseram o presidente, como já antes haviam feito, mas romperam com aquilo que ele define de “padrão moderador” dos militares brasileiros, pois, ao invés de entregar esse governo vacante a civis - tal como ditaria esse padrão -, em 1964 assumiram eles próprios o poder.

Escola Superior de Guerra (ESG): Instituição de formação da elite dentre os oficiais das Forças Armadas.

Questão 9: Quais os principais problemas e contribuições do livro, para Fico?

Um dos problemas dessa análise, segundo Fico, era que muito antes de 1964 os militares vinham interferindo na cena política brasileira e era muito inadequado o entendimento do “meio militar” como sistema cuja atuação era apenas reativa às variações da conjuntura nacional. Além disso, ela não tratava de modo completamente satisfatório a questão da heterogeneidade política dos militares.



Apesar das limitações, esse trabalho, de acordo com o autor, mostrou a necessidade e, sobretudo, a viabilidade de se estudar os militares levando em conta tanto suas relações com a sociedade quanto seus traços específicos de grupo especializado.

Questão 10: Um segundo trabalho importante dessa corrente é o de Wanderley Guilherme dos Santos. Quais foram os argumentos?

Para ele, o verdadeiro cerne da disputa estaria no padrão de coalizões no Congresso. Para ele, em 1964, o Congresso brasileiro e a “estrutura política em geral” vivenciavam não apenas uma crescente polarização, como também uma divisão equilibrada de forças por meio das coalizações parlamentares, o que teria gerado uma “crise de paralisia decisória” e esta, por sua vez, o golpe.

Questão 11: quais os problemas e qualidades principais do trabalho de Santos?

Segundo Fico, a vultosa pesquisa de Santos acabou por apenas confirmar o que as narrativas jornalísticas e históricas já haviam percebido. Além disso, citando Argelina Figueiredo, Fico lembra que Santos não deu importância suficiente ao caráter socioeconômico das questões em jogo no princípio dos anos de 1960, no caso, as “reformas estruturais”. A despeito de tudo isso, para o autor, o trabalho chama a atenção para a pertinência das questões relativas aos parlamentares, ao Congresso e aos partidos políticos, o que a maioria dos analistas do regime militar negligenciou.

Questão 12: a segunda corrente da primeira fase dos estudos sobre o golpe e o regime são, segundo Fico, as análises marxistas. Ele inicia com aquela obra que, segundo ele, é a mais conhecida dessa corrente, a de Jacob Gorender. Quais eram as principais ideias nela contidas?

Segundo Fico, para Gorender, a crise econômica de 1962-1965 resultou do amadurecimento do capitalismo brasileiro e demandou medidas de estabilização financeira, as quais, por sua vez, frearam as concessões às massas trabalhadoras e implicaram em compressão do nível de vida.

Nesse sentido é que a mobilização social em torno das reformas estruturais, as tais “reformas de base”, iam de encontro a esse projeto econômico. Ao ameaçar assim os interesses da classe dominante brasileira e do imperialismo, elas levariam estes a promover o golpe, que teria, portanto, caráter contrarrevolucionário preventivo.

É a partir dessa interpretação que Gorender consolidaria, segundo Fico, dois dos principais pressupostos interpretativos sobre o golpe: (1) “o papel determinante do estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro” e (2) “o caráter preventivo dessa ação”.

Questão 13: na sequência, Fico cita outro trabalho importante dessa corrente marxista, que é a de René Dreifuss. Quais eram suas hipóteses principais, segundo Fico?

Para Dreifuss, o domínio econômico do capital multinacional na economia brasileira não encontrava uma correspondente liderança política. Tal bloco organizou grupos de pressão com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão em nível de governo. E, por meio das atividades das organizações empresariais (Ipes e Ibad), desenvolveu uma ação planejada para chegar ao poder. Fez isso por meio de abrangente campanha de desestabilização, subtraindo parte importante do apoio ao Executivo e reunindo as classes médias contra o governo. Coube a elas indicar também a necessidade de um golpe de Estado, pois lhes faltava o apoio popular.

O autor observa, todavia, que foi preciso construir uma rede de apoio dentro das Forças Armadas e proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe.

Assim, não foi um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas sim um movimento civil-militar - discordando, portanto, de Alfred Stepan. Ele discorda também de Gorender, uma vez que mostrou que os fatores econômicos não foram capazes de engendrar, sem mediações, o golpe de 64.

Questão 14: na sequência, Fico trata da terceira corrente, que, segundo ele, se caracterizaria pela valorização do papel dos militares. O primeiro trabalho que ele abordou esse conjunto é o Daniel Aarão Reis Filho. Quais eram suas ideias principais?

Apesar de concordar com Dreyfuss, entendendo que o Golpe de 1964 veio para consolidar a hegemonia política do capital internacional no Brasil, ele discorda que as forças civis associadas a ele seriam capazes de conduzir o golpe. Em outras palavras, se a preparação do Golpe foi com efeito “civil-militar”, no golpe propriamente dito, sobressaiu-se o papel dos militares, e o regime teve feição definitivamente militar.

Se é possível falar de um golpe civil-militar, tratou-se, contudo, da implantação de uma ditadura militar. Ainda discordando de Dreyfuss, Fico observa que Reis acha improvável que as classes médias apenas aceitassem passivamente a ideologia do Ipes/Ibad. Segundo ele, elas temiam que a aceleração brusca da distribuição de renda e de poder acabasse por eliminar seus privilégios e distinções de classe.

Questão 15: o outro trabalho nessa linha, segundo Fico, é o de Gláucio Ary Dillon, que radicaliza a posição assumida por Reis. Por quê?

Para ele, o golpe foi essencialmente uma conspiração dos militares apoiada pelos grupos econômicos brasileiros. Além disso, segundo Soares, que se fundamenta na opinião dos militares envolvidos, o Golpe de 64 foi um “essencialmente político”. Para Fico, essa última afirmação de Soares resultou um tanto desconcertante e desnecessária, pois ninguém antes havia definido o golpe como fenômeno econômico. No entanto, Fico reconhece que este trabalho foi importante para a percepção de aspectos complexos do processo que engendrou o Golpe. Entre eles, está a natureza, ao que parece, dispersa da conspiração.

Questão 16: Fico também aborda, em termos gerais, outros trabalhos que fazem uso das entrevistas com militares. Quais foram suas principais conclusões?

Para adesão militar ao Golpe, a primeira delas foi a confirmação da importância tanto da presença entre eles de um anticomunismo, como de sua percepção de uma suposta quebra da hierarquia e da disciplina.

Em segundo lugar, esses trabalhos endossaram a hipótese do papel exclusivamente determinante dos militares para a deflagração e sucesso do Golpe. Os trabalhos negaram, por conseguinte, a interpretação de que o Golpe teria sido produto de um abrangente e bem desenhado plano conjunto envolvendo civis e militares. Esses trabalhos ajudam ainda, segundo Fico, a demonstrar a pouca importância que os militares atribuíam ao apoio militar norte-americano e assinalavam não apenas a falta de uma liderança dentro das Forças Armadas no período ainda conspiratório, como também a ausência de um projeto prévio de governo.

Questão 17: tendo apresentado esse quadro, Fico encerra seu trabalho fazendo uma ponderação sobre como, segundo ele, devem ser orientar as pesquisas sobre esse período. O que ele diz?

Ele lembra que fatores macroestruturais, como as transformações do capitalismo brasileiro, e a fragilidade institucional do país, como os micrológicos (relativos a aspectos específicos do contexto em questão) – as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes e a índole



golpista dos conspiradores – deveriam ser levadas em conta, disso não implicando qualquer fragilidade teórica.

6. Sugestão de leitura

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano v. 4: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A.(orgs). *As esquerdas no Brasil*. vol.3: Revolução e democracia. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2007.

GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998

MARTINS FILHO, João R. *O Golpe de 64 e a ditadura militar. Novas Perspectivas*. São Carlos, Ed. UFSCAR, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. SP: Vértice, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n. 47, pp. 13-28, 2004.

O regime militar, a resistência e suas transformações pós-1968

Texto-base:

CODATO, Adriano. *O golpe de 64 e o regime de 68*. História, Questões e Debates, 40, p. 11-36, Editora da UFPR, 2004

1. Introdução

Neste capítulo, daremos sequência à análise de algumas das principais questões que animam o debate historiográfico sobre o regime militar. Trataremos, agora, especificamente das transformações operadas no governo militar, claramente manifestadas por volta de 1968, discutindo a natureza dessas transformações e suas causas.

Em particular, as principais questões de fundo deste debate são: o ano de 1968 significou efetivamente uma mudança radical nos planos iniciais do regime instaurado em 1964, ou ele apenas revelava a consecução de um projeto já desenhado aos poucos? 1968 seria um golpe dentro do Golpe? Qual o papel das oposições ao regime nesse processo?

A fim de respondermos a essas questões, vamos nos apoiar no artigo de Adriano Codato. O autor - graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política, sempre pela Unicamp - é atualmente professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná.

Este artigo responde às questões que formulamos por meio da seguinte hipótese geral: todo o período da ditadura militar foi marcado pela supremacia, entre os militares, do “grupo palaciano” e foi a solução proposta por esse grupo para a crise do regime que saiu vitoriosa. Além de procurar demonstrar essa hipótese, seu artigo tenta explicar os motivos que levaram à derrota das “oposições” e o papel dessas no processo de consolidação e recrudescimento do regime.

2. Objetivos, estratégia e hipótese do artigo

Questão 1: Codato inicia seu texto apresentando o objetivo geral e a estratégia de investigação. Quais foram?

Antes de ser um desvio de 1964, foi com o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), em 1968, que se consumou e se concretizou politicamente o regime ditatorial-militar iniciado em 1964. O autor esclarece que entender esse processo é o objetivo geral de seu artigo. O fato, portanto, só poderia ser explicado em função de duas dimensões. A primeira, político-social, exigiria que se levasse em consideração o comportamento da “sociedade” ou, mais especificamente, das “oposições”. A segunda, de natureza político-militar, implicaria em levar em conta as lutas internas e os diferentes projetos políticos que surgiam e conviviam no interior do aparelho militar.

Questão 2: em seguida, Codato apresenta as quatro principais hipóteses que procurará testar com sua análise e seu objetivo específico. Quais foram elas?

A primeira delas foi que a configuração política, desenhada imediatamente após o Golpe de 1964, foi definida por ele como um “autoritarismo de crise”, e não propriamente como fruto de um projeto das Forças Armadas necessário à sua consolidação no poder.



A segunda hipótese foi que a militarização do sistema político e seu controle pelas Forças Armadas resultaram em mais um processo do que propriamente em um evento repentino.

A terceira foi que esse processo foi simultâneo a outro, o de centralização do poder decisório na cúpula do executivo federal, bem como a sua causa.

E, por fim, a hipótese de que o ponto culminante desses dois processos estaria localizado entre 1969 e 1979, e a razão disso estaria nos conflitos políticos e sociais de 1968 e na solução que o regime deu a eles. Definindo essas hipóteses, Codato formulou o objetivo específico de seu trabalho: examinar as razões da vitória da extrema-direita militar, bem como o fracasso das oposições na conjuntura de 1968.

3. O regime político pós-64

Questão 3: na parte seguinte, o autor passa a apresentar os traços principais do regime brasileiro no imediato pós-64 e na conjuntura 1967-1968. Qual é a relação entre os dois momentos?

Codato lembra que o golpe de 1964 foi de natureza reativa, isto é, sua intenção restringiu-se inicialmente a destruir o populismo, cujo representante era o governo de Jango, bem como suas consequências políticas. Em outras palavras, o objetivo do golpe deveria estar limitado a excluir politicamente a participação popular.

Era o resultado de uma “conjuntura excepcional” e não de um projeto ou ideologia sistematicamente elaborados, daí seu caráter provisório.

No momento do Golpe, portanto, ainda não estava prevista a militarização do sistema político que se apresentava completa no pós-1968-1969, como acredita Décio Saes. Mas ela se construiu como projeto e realidade progressivamente, para ser de fato reconhecida apenas quando impôs limites específicos à ação e à organização da “classe política”.

Questão 4: quais as razões desta (re)orientação progressiva?

Codato observa que os Atos Institucionais, implantados a partir de 1965, não foram tão motivados pelos princípios liberal-democráticos próprios aos setores civis da coalizão que sustentou o golpe, mas muito mais por uma visão militar do processo político.

A tendência ao aumento do poder nas mãos das cúpulas militares, esboçada progressivamente, por sua vez, forçaria uma resposta da “sociedade civil”, a qual configurou a mais importante crise do regime em 1968, que se viu favorecida inclusive pelo evidenciamento, propiciado pela crise, da divisão no interior das Forças Armadas.

Foi esse contexto, segundo Codato, que fomentou a tendência, dentro do governo militar, em solucionar a crise política por meio da restrição radical do espaço de agitação popular. O foco foi principalmente a movimentação estudantil, assumido como vanguarda do movimento de massas.

4. O “fechamento ditatorial”: interpretações concorrentes

Questão 5: no item seguinte, Codato procede a uma revisão da literatura no que toca aos fatores determinantes que explicariam a imposição da solução autoritária (o AI-5) à crise de 1968. Ele observa que as hipóteses poderiam ser divididas em *internalistas* e *externalistas*. Quais seriam as interpretações internalistas sobre o AI-5?

Para Codato, foram duas. Segundo a primeira delas, o AI-5 foi fruto exclusivamente dos confrontos políticos e ideológicos que tiveram lugar entre os diferentes grupos militares, que seriam divididos entre moderados e “duros”, a respeito da natureza do regime político a se instituir no pós-1964. Nessa interpretação, a

facção mais repressiva teria saído vitoriosa e imposto seu modelo de governo.

A outra hipótese internalista defende que essa conquista foi, na verdade, fruto de manobra de um dos setores da luta armada dominantes na coalizão que sustentava o ex-presidente Costa e Silva, os quais fizeram uso das manifestações de oposição à ditadura como *pretexto* para impor essa vitória.

Questão 6: qual o problema delas?

Segundo Codato, ambas tendem a superestimar a capacidade do grupo – que estas interpretações definem como “linha dura” – em mobilizar os recursos políticos, a fim de obter a consecução de seus objetivos. Além disso, essa hipótese tende a ser benéfica com a corrente *castellista*, justamente aqueles que, segundo o autor, até 1967 haviam desencadeado as decisões mais autoritárias.

Questão 7: quais foram as interpretações externalistas?

Foram, de acordo com Codato, duas também. Uma delas identificava a radicalização do movimento oposicionista, tanto do movimento estudantil como dos ensaios de luta armada, como fator principal do processo de endurecimento do regime e do seu fechamento político.

A segunda delas via esses movimentos basicamente como fruto de uma crise parlamentar, isto é, aquela resultante da recusa do Congresso Nacional em autorizar o processo do governo contra o deputado Marcio Moreira Alves.

Questão 8: Qual foi o problema dela?

Segundo Codato, ao associar a crise de 1968 exclusivamente à ação das oposições, elas tendiam a negligenciar por completo o papel das Forças Armadas e suas divisões, bem como suas disputas internas, como variáveis importantes no processo.

Questão 9: há ainda, lembra Codato, uma quinta explicação: aquela oferecida pela inteligência do governo norte-americano. O que dizia ela?

Ela atribuiu o impasse político e crise à incapacidade do então presidente Costa e Silva. Segundo Codato, a explicação funcionou apenas como uma confirmação deque os Estados Unidos não tinham o segundo presidente em boa conta.

5. A ideologia como variável explicativa

Questão 10: em seguida, Codato apresentou uma hipótese alternativa. Qual foi?

Nela, ele vinculou as duas esferas, antes separadas nas hipóteses anteriores, a “sociedade” (os conflitos sociais e políticos de classes, camadas e categorias sociais) e o “Estado” – particularmente, as lutas internas entre os grupos e correntes militares. E fez isso a partir de um eixo articulador: a ideologia. A hipótese foi a de que a radicalização das ações das oposições em 1968 surgia, no entendimento da alta hierarquia militar, como elemento de desestabilização do regime.

Questão 11: por que a imagem de uma “guerra revolucionária em marcha” tornou-se a percepção dominante no interior das cúpulas militares?

A condição desse entendimento entre os militares se fez de uma leitura da conjuntura que foi comum a todas as correntes militares presentes no governo Costa e Silva. Tal comunhão, nesse contexto, tornava secundárias as divisões e diferenças no interior das Forças Armadas. Segundo Codato, essa leitura era, antes de mais nada, o anticomunismo, elemento ideológico mais persistente entre os militares desde 1935 e o *mínimo denominador comum* entre todas suas correntes.

Questão 12: no que toca às oposições, como suas características tam-



bém explicariam, para Codato, o fracasso do movimento antiautoritário?

Segundo ele, a heterogeneidade política e ideológica entre as oposições. Isto se deveria ao fato de cada uma delas terem como base classes, camadas e categorias sociais diferentes se defenderem, por conseguinte, projetos políticos, senão opostos em alguns aspectos, pelo menos contraditórios.

Com efeito, a principal dificuldade delas foi sua incapacidade de realizar alianças fora das classes sociais de origem dos movimentos. Acompanhando a análise de Décio Saes, Codato lembra que essas dificuldades se manifestavam de duas formas. Do ponto de vista *ideológico*, as forças de oposição ao regime estavam presas a uma concepção passadista de entendimento de atuação política, uma vez que esta era definida em função de sua posição relativa do grupo (que a formulava) no sistema político populista.

Do ponto de vista político, também havia impasse, uma vez que o movimento estudantil se entendia como ação condizente com grande estratégia de “luta-revolucionária-popular-e-anti-imperialista”, enquanto que o movimento feminino e de profissionais de classe média expressavam basicamente o desejo de constituição de um regime democrático antipopulista.

6. Sugestão de leitura

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano v. 4: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A.(orgs). *As esquerdas no Brasil, vol.3:Revolução e democracia*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998

MARTINS FILHO, João R. *O Golpe de 64 e a ditadura militar. Novas Perspectivas*. São Carlos, Ed. UFSCAR, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. SP: Vértice, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia. Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n. 47, pp. 13-28, 2004.

Os militares: unidade ou desunião?

Texto-base:

MARTINS FILHO, João Roberto. *A ditadura revisitada: unidade ou desunião?* In: 1964/2004: 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 Letras, 2004, p. 115-119.

1. Introdução

No capítulo anterior, com o texto de Adriano Codato, vimos a importância de se considerar as divisões internas e os conflitos no interior das Forças Armadas, bem como a existência de um elemento ideológico que permitiu a superação dessas diferenças em torno de um projeto comum: o de construção efetiva de um regime militar-ditatorial.

Nesta aula, completaremos a leitura de Codato examinando mais detidamente a natureza dessa disputa interna ao regime e qual desses grupos dentro das Forças Armadas mais se beneficiou do cimento ideológico fundamental para a permanência da ditadura golpista.

Para isso, discutiremos um texto de João Roberto Martins Filho, que é bacharel, mestre e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, e atualmente é professor Associado da Universidade Federal de São Carlos. O texto em questão faz parte de uma obra conjunta organizada por Daniel Araújo Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, por ocasião dos 40 anos do Golpe Militar, e pretende discutir as distensões e comunhões internas às Forças Armadas durante o regime, usando como contraponto duas obras: o primeiro volume da obra de Elio Gaspari sobre a ditadura militar, *A ditadura envergonhada*, e a longa entrevista do general Ernesto Geisel aos pesquisadores Maria Celina D'Araújo e Celso Castro.

2. O panorama militar

Questão 1: qual é a primeira discordância de Martins Filho em relação a Gaspari e D'Araújo e Castro?

Na primeira parte de seu texto, Martins Filho discorda do caos aparente com que são representadas as crises militares na obra de Gaspari e na de D'Araújo e Castro. Para ele, era identificável uma lógica no funcionamento da ditadura operante nos dois processos permanentes de crise observáveis ao longo de todo o regime militar. Um deles diz respeito, segundo o autor, à disputa pelo poder dentro da cúpula das Forças Armadas quando das sucessões presidenciais, e o outro toca às tensões advindas dos setores mais militantes entre os oficiais, portadores do entendimento de que o regime militar era um regime dos militares e que, logo após o golpe, passaram a exigir o atendimento de uma pauta específica de reivindicações.

Diante desse quadro, portanto, o autor observa que o que estava em jogo era a possibilidade de duas vias distintas para a consolidação do regime militar brasileiro: a construção de um "regime dos coronéis", no qual caberia a um general presidente o papel de representante, e a instalação de um regime dos generais, sistema político orientado pelo respeito aos princípios da hierarquia. Esta última seria, segundo Martins Filho, a opção vencedora após o golpe de 1964.

Questão 2: a partir de tal constatação, Martins Filho apresenta outras divergências em relação à análise de Gaspari e outros. Quais foram?

A partir da constatação, Martins marca outra discordância da interpretação de Gaspari. Ao invés de se comportarem como presidentes fracos, Castello Branco e Costa e Silva se empenharam para consolidar seu "regime de generais", em resistir a imposições dos quartéis.



Além disso, uma vez que, segundo o autor, se reconhecia que o governo Costa e Silva foi pontuado por conflitos com a linha dura, era necessário também rever a ideia que dominava a literatura, segundo a qual os duros não apenas elegeram Costa e Silva, como também ocuparam os principais postos do governo. Segundo o autor, se é verdade que Costa e Silva acendeu ao poder com o apoio de setores insatisfeitos da oficialidade, uma vez na presidência, de imediato se chocaria com as reivindicações deles.

3. As divisões internas dos militares

Questão 3: qual era a outra proposta de análise que Martins Filho apresenta na segunda parte?

Na segunda parte, Martins Filho apresenta outro problema de análise, a partir do que foi esboçado no item anterior, acerca dos dois processos de divisão militar, ou seja, a disputa entre generais e o choque entre governo e oficialidade militante. Esse novo problema diz respeito à dinâmica político-militar da ditadura, em outras palavras, ao papel das correntes militares nas crises ditatoriais.

Questão 4: a partir desse problema, Martins Filho reviu outro pressuposto das análises tradicionais sobre o regime militar e suas transformações. Qual era ele e qual seu problema?

O autor lembra que a visão tradicional fundamentava-se na ideia de que o processo de militarização e endurecimento do regime se fez por meio da imposição vitoriosa exercida pela *linha dura* aos militares moderados do grupo castelista. Ele observa que essa versão da história do regime foi criada pelos próprios castelistas. Segundo o autor, ela só se sustentaria caso fossem negligenciados aspectos importantes da história relativa ao intervalo de tempo transcorrido entre abril de 1964 e março de 1967, ou seja, quando os castelistas estiveram no poder, o qual não confirmava sua caracterização como moderados.

Questão 5: o que, segundo Martins Filho, pode ser dito deste grupo era que, formado por oficiais com padrão acadêmico de carreira bastante superior ao de outros, tinha duas características específicas. Quais eram elas?

Por um lado, possuíam saliente desconfiança no tocante à capacidade intelectual e política do oficial médio. Além disso, ao se observar suas práticas no poder, constatava-se, segundo o autor, que o grupo exibiu um agudo pragmatismo, ajustando-se sempre que as conjunturas exigiam, para realizar a consolidação do regime, procurando respeitar certa ordem hierárquica e ter o apoio dos políticos civis mais conservadores.

Questão 6: o que ele conclui a partir destas características?

Assim, os castelistas sempre estiveram muito distantes de serem tomados de assalto pela oficialidade militante. Nesse quadro também, o AI-2 não poderia ter sido resultante das ações da linha dura, uma vez que ele incluía uma série de medidas que os castelistas já vinham considerando há bastante tempo. Tanto é assim que, como lembra Martins Filho, ao final de seu governo, Castelo Branco era visto como o protótipo do ditador, enquanto Costa e Silva, seu sucessor, era identificado com as esperanças de abertura.

3. O Governo Costa e Silva

Questão 7: na terceira parte, o autor passa a analisar as características do governo militar no período 1967-1969, do governo de Castelo Branco para o de Costa e Silva. Segundo ele, em vez de supor que o governo Costa e Silva fosse a expressão da linha dura, ele aponta que pelo menos três grupos militares, além deste, agiram nesse cenário político. Quais foram eles?

Com a presidência de Costa e Silva, colocou-se no centro do poder um grupo de oficiais e militares reformados, cuja influência era fruto do controle dos mecanismos palacianos do poder. Ao invés de se identificar com a linha dura, esse grupo entrou em confronto com ela.

O outro grupo era o dos *castelistas*, que se manteve bem organizado nos bastidores, e o terceiro era a corrente agrupada em torno do general Albuquerque Lima. Ele lembra que o panorama militar apresentava em 1967 uma potencial aliança entre *castelistas* e *palacianos* de um lado, e duros e *albuquerqueistas* de outro, antecipando a disputa nas eleições militares de 1969.

4. A crise de 1968

Segundo o autor, foi esse quadro que permitiu entender a dinâmica da crise de 1968. Segundo Martins Filho, os interesses por parte de alguns militares por um golpe dentro do Golpe, catalisados pela suposta ameaça de reação armada por parte das organizações de esquerda, encontraram um pretexto nas manifestações estudantis.

Foi por isso que essa demanda e estratégia, segundo o autor, sobreviveriam às ações dos estudantes, por meio do esforço em provocar um conflito com a oposição e amplificar suas reações, de modo a justificar o fechamento.

Martins observa que, a despeito do que pretendia grande parte das análises anteriores, à medida que a crise se adiantava, não seriam os coronéis duros, então mobilizados contra as iniciativas do Gabinete Militar da Presidência, que se alinhariam em favor do fechamento e do novo ato institucional; muito pelo contrário. Eles se opuseram a ela. Assim, não seria correto falar de uma dinâmica dualista do regime militar, nem que os moderados tenham sido derrotados pelos duros nela.

5. Após o AI-5: debate

Questão 8: Martins Filho observa que a fase que vai de 13 de dezembro de 1968 à crise de agosto de 1969 foi uma das menos estudadas de todo o período militar e era forte a ideia de que, depois do AI-5, reinaria relativa calma no campo político-militar. Qual foi o outro entendimento proposto por Martins Filho?

Segundo o autor, os fatores de crise estavam em plena atuação naquele momento. Logo, até 1969, a dinâmica do regime era regida principalmente por processos internos que não consistiam na disputa entre moderados e duros. De acordo com ele, o que realmente dividiu o meio militar foi a discussão sobre a sucessão presidencial e o das punições dos coronéis da linha dura: preocupação de *castelistas* e *palacianos* com candidatura de Albuquerque Lima centrada na agitação dos quartéis. Foi este o pano de fundo do processo que levou à aliança entre *costistas* e *castelistas* em torno de uma solução dentro dos quadros da hierarquia.

Questão 9: ao final de seu texto, Martins Filho, assinala suas discordâncias finais com as teses de Gaspari sobre o regime militar como um todo e, em particular, sobre o que significou o Governo Geisel. Quais foram?

Sobre a dinâmica do regime ao longo de todo o período de sua vigência, Gaspari o caracterizou pela anarquia. Para Martins, o regime, pelo contrário, teria sido marcado mais pela capacidade de reagir ao caos e impor as regras da hierarquia.

Sobre o governo Geisel em particular, Gaspari acredita que seu papel foi o de impor a hierarquia, enquanto que, para Martins Filho, foi o de enfrentar a hierarquia, uma vez que era ela quem se encontrava no poder. Ele observa, no



entanto, que para que obtivesse sucesso, Geisel teve que contar com o apoio de outros membros da hierarquia. Logo, a alta hierarquia esteve presente no poder ao longo de todo o regime militar.

6. Sugestão de leitura

MARTINS FILHO, João R. *O Golpe de 64 e a ditadura militar. Novas Perspectivas*. São Carlos, Ed. UFSCAR, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano v. 4: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012.

O Brasil pós-Abertura

Texto-base:

COSTA, Tarcísio. *Os anos noventa: o ocaso do político e a sacralização do mercado*. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000, pp. 247-282.

1. Introdução

Neste capítulo, daremos início à última discussão do curso. Ela diz respeito ao período da história do país que começou após o fim da ditadura militar, em especial o período compreendido entre Constituinte de 1988 até a presidência de Fernando Henrique Cardoso.

Discutiremos, em particular, a questão do papel que os diferentes governos que se sucederam ao longo desses 12 anos tiveram em termos da constituição tanto de possibilidades como de limites para o desenvolvimento da democracia no país. Tais condições serão examinadas em sua dimensão não apenas institucional, como também ideológica. Faremos isso com base no texto de Tarcísio Costa, que é professor na Universidade de Brasília (UnB).

Este texto faz parte do trabalho coletivo organizado por Carlos Guilherme Mota por ocasião do aniversário de 500 anos do descobrimento do Brasil. Trata-se de um ensaio que tem como tema a política brasileira nos anos de 1990 e busca inquirir em que medida o discurso e a prática de nossos governantes orientaram-se por valores democráticos. Procura ainda discutir e avaliar a interpretação de que, na história do Brasil recente, a “linguagem democrática” estar-se-ia tornando hegemônica.

2. Diagnósticos e prognósticos ao fim da década de 1980

Questão 1: Costa abre seu texto observando que uma vez transcorridos alguns anos desde o fim do Regime Militar havia uma determinada avaliação das transformações que se verificaram desde então. Qual era essa avaliação?

De que a meta de estabilização da economia, vista como prioritária, fosse alcançada sem que isso comprometesse a democracia em consolidação. Segundo ele, as análises políticas produzidas nesta conjuntura do final dos anos de 1980 avaliavam que a evolução da política nacional desde a abertura tinha sido positiva, na medida em que se entendia que a liberalização política tinha efetivamente se tornado realidade.

Com efeito, havia o reconhecimento de uma série de fatos a anunciar uma nova era. Entre eles, o regresso militar à caserna; a elaboração de uma Constituição que, pela primeira vez, priorizou direitos de cidadania antes de atribuições do Estado; o retorno da eleição direta para presidente da República e, por fim, o crescente envolvimento da sociedade no debate político.

Questão 2: havia também, segundo o autor, uma expectativa positiva em relação à década de futura. Qual era?

Segundo o autor, o que prevalecia nos prognósticos era a expectativa de que, nos anos 90, a economia seguiria a mesma direção positiva já avançada pela política. Em outras palavras, que o processo de consolidação da democracia evoluiria passo a passo à tão desejada estabilização da moeda e a retomada do crescimento.

Questão 3: esse desenvolvimento econômico deveria ser feito, de acordo com essas novas análises, por meio de um novo modelo de desenvolvimento. O que fundamentava esse novo planejamento?

Era fundamentado na percepção de que o Estado não reunia condições de



continuar a atender aos ditames do modelo desenvolvimentista atuante desde a Era Vargas. De um lado, o Estado teria de recusar o papel de fomentador principal do desenvolvimento e da diversificação da produção nacional e de protetor último da iniciativa privada. Em suma, acreditava-se ser necessária uma solução cujo princípio era que cabia ao mercado ser o motor primário do desenvolvimento, sem que isso implicasse em diminuição da capacidade de investimento do Estado nas áreas sociais.

Questão 4: em seguida, Costa detalha os pressupostos que fundamentavam essa análise positiva, disseminada no final da década de 80. Quais eram?

Para Francisco Weffort, tanto a direita quanto a esquerda estariam cada dia mais afeitas à linguagem da democracia. Isso era resultado do trauma sofrido, em ambos os lados do espectro político, pela violência que marcara os chamados “anos de chumbo”. Em suma, conservadores e esquerda não estariam agora atribuindo à democracia valor meramente instrumental para fins de manutenção ou conquista do poder, como tinha sido comum desde então.

A política era entendida, a partir de então, como algo aberto à ação humana e previamente indeterminada, e seus objetivos e normas, passíveis de atualização, desde que assim desejasse a maioria. Outra mudança era que, como defendia Fernando Henrique Cardoso, o dissenso e conflito de interesses, em vez de serem tomados como disfunção social, se convertiam em condição de legitimidade do modelo político que se ia consolidando no Brasil. Isso só poderia ser realizado, segundo Cardoso, por meio do controle e socialização do Estado, exercidos por partidos e outras formas de representação compatíveis com o perfil heterogêneo e conflituoso da sociedade brasileira.

3. A Constituinte de 1988

Questão 5: segundo o que nos mostra Costa, o processo que resultaria na Assembleia Constituinte foi bastante indicativo do momento histórico particular e dos dilemas vividos pelo Brasil no final dos anos 80. Quais características colaboraram nessa constatação?

Em primeiro lugar, porque a Assembleia provocou inédita mobilização social ao ser a experiência constituinte mais participativa na história do país, fosse pelo interesse manifestado pela sociedade civil na discussão de temas, fosse pela participação direta de um número significativo de grupos sociais na elaboração da Carta. Segundo Costa, o fato é que, por conta disso, produziu um resultado condiscente com o Brasil daquela década. Assim ela foi inovadora no campo dos direitos políticos, ampliando e atualizando as garantias civis e sociais, valorizando modalidades de democracia direta e assegurando às minorias o anteparo legal necessário ao reconhecimento de suas identidades.

Na área econômica, não faltaria, porém, ambiguidade. Se de um lado definiu a livre iniciativa como fundamento da nova ordem, de outro o Estado manteve-se como operador econômico ostensivo, pois preservou o monopólio estatal em muitos setores e instaurou regulação exorbitante em algumas áreas.

Questão 6: o que resultaria, em conjunto, dessas características?

A Constituinte acabou percebida como obra inacabada. Primeiramente, porque vários dos objetivos por ela definidos ficaram à espera de leis complementares para que de fato tivesse eficácia.

Além disso, porque o próprio texto aprovado previa a sua revisão após o período de cinco anos. Para os conservadores, essas mudanças deveriam acontecer no âmbito econômico da Carta, de modo a atender à nova crença de que cabia ao mercado a diretriz econômica. Assim, com tal culto generalizado ao mercado, procedeu-se a um ataque às características intervencionistas e nacionalistas da Carta.

Já entre os progressistas, estava em pauta uma reforma política que permitisse maior cobrança aos parlamentares por seus eleitores e introdução da fidelidade partidária, de modo a dotar os partidos de maior consistência doutrinária para que atuassem em função dela e não de interesses e acordos transitórios. Ele lembra que se entendia que isso deveria ser realizado segundo os padrões de legitimidade então ditos vigentes, ou seja, mediante deliberação, confronto de posições e negociação.

4. O Governo Collor

Questão 7: na terceira parte, Costa vai mostrar como o governo de Fernando Collor de Mello pôs à prova esse entendimento, revelando-se ser violentamente desalentador para os defensores da democracia, uma vez que este presidente teria feito de seu mandato uma negação da própria política. O que justificaria essa avaliação?

A característica fundamental desse governo que, para Costa, justificaria esta avaliação foi sua teatralização da vida pública e personificação do poder, assentados no recurso ao *marketing* e propaganda política, que enfatizavam, entre outras coisas, a juventude, a coragem e o dinamismo do presidente. Nesse quadro, a vida pública passou a ser avaliada por categorias e práticas da vida privada – apresentando o presidente como marido fiel e pai dedicado – e pelos padrões competitivos e hierarquizadores do mundo empresarial (nele o presidente surgia como executivo bem-sucedido), e se tornaram secundários valores caros à democracia, como o princípio da isonomia e a legitimidade dos conflitos.

Esse estilo de gestão foi definido por observadores como *populismo de mercado*, cuja diferença principal com a modalidade anterior era que a cooptação das massas pelo líder não se fazia pelo Estado, mas contra o Estado-visto como intervencionista, cartorial, parasitário. A salvação se daria por no estímulo ao mercado, o que, segundo as mensagens do governo, diminuiria custos, aumentaria competitividade e expandiria a renda, beneficiando os trabalhadores.

Questão 8: qual a relação do presidente Collor com as instituições de representação democrática?

Segundo Costa este objetivo e as metas necessárias à sua consecução, eram escolhidos arbitrariamente. De fato, Fernando Collor deu pouca importância às instâncias e aos meios que o regime democrático dispõe para mediar a interlocução do poder executivo com a sociedade. Ele dispensou a discussão e apoio estável com as bases parlamentares, cuja função se limitou a homologar as posições do Executivo.

Além disso, seu governo também não se pautou pelo diálogo mais constante com sindicatos e associações de classe. Isso porque procurou vender a imagem dessas instituições como mero resquício de um passado corporativista que se desejava superar.

Questão 9: ao final de sua análise sobre a Era Collor, Costa discutiu uma das interpretações sobre o período e seu desfecho. Qual foi?

Segundo Costa, encontramos com frequência o argumento de que a Era Collor representou a permanência de um Brasil arcaico, obscurantista e autoritário, que estaria cedendo lugar a novas práticas e valores voltados para o futuro. Daí, o entendimento de que o então presidente foi aceito contra a vontade pelas elites política e empresarial brasileira, assim obrigadas pela falta de outra opção para fazer frente ao candidato do Partido dos Trabalhadores (PT).

Costa, por sua vez, entende que a afinidade ideológica entre as elites e Fernando Collor de Mello era bastante considerável, sobretudo, no que diz respeito ao entendimento de como deveria ser o Brasil moderno. Segundo o autor, esta ideia de modernidade reduzida a fórmulas econômicas, sem preocupação maior

como político, encontrou apoio mesmo entre supostos defensores da democracia.

Citando analistas, como Bolívar Lamounier, ele lança a hipótese de que esta comunhão de ideias fundamentava-se na instabilidade do quadro econômico: a ameaça de hiperinflação. Esse contexto teria propiciado ambiente favorável a soluções voluntaristas, nas quais a estabilização da moeda era vista como prioridade do poder público, antes mesmo do respeito à legalidade democrática.

Foi em virtude desse menoscabo do discurso dominante pelo político, segundo Costa, que certa interpretação da destituição de Collor teria sido atribuída a uma conspiração de empresários e políticos, insatisfeitos com o voluntarismo daquele que deveria zelar por seus interesses. Essa leitura, de acordo com o autor, desconsidera a importância fundamental que a mobilização popular representou no processo de *impeachment*.

5. O Governo Itamar

Questão 10: Costa inicia esta parte de seu texto traçando uma comparação entre as características de governar de Collor e Itamar, uma vez que este fora o vice do presidente afastado. O que ele nos diz sobre elas?

Ele aponta que o que havia em comum entre ambos foi a inclinação populista: a preferência pelo contato direto com o povo, à margem das instâncias formais de representação. Afora isto, possuíam estilos e bandeiras diferentes. Falavam a Itamar os dotes cênicos de Collor.

A estratégia de Itamar não operava pela política-espetáculo, mas sim pelo poder da conversa pessoal. A modernização, conforme ditada pelo mercado, também não exerceu influência sobre todas suas ações. Para ele, o moderno seria o social. É por isso que chamou a esquerda para compor o governo com outros partidos do lado oposto do espectro ideológico. Costa lembra que, até então, a esquerda jamais teria tido tanto espaço no poder executivo. Devido à sua preferência pelo convencimento pela prosa próxima e pela questão social, no lugar de uma equipe coesa em ideias, Itamar optou recrutar nomes com trânsito no Congresso, de modo a viabilizar a aprovação de suas propostas.

Questão 11: esse perfil de governo resultou, segundo Costa, em avanços na estrutura política?

Segundo Costa, como consequência das preferências e prioridades de Itamar Franco, as reformas políticas também foram deixadas de lado. Isso porque, no entendimento do ex-presidente, o aperfeiçoamento da cidadania dependeria menos dos eventuais ajustes no modelo político, do que da melhoria das condições sociais – dela, inclusive, seria decorrente projeção internacional do Brasil.

O fato é que, de natureza fundamentalmente assistencialista, as ações sociais do governo Itamar não chegavam a constituir um programa efetivo de transformação social. A despeito da possibilidade de uma parceria mais estreita entre o Estado e a sociedade, esse governo não se empenhou em promover reformas institucionais, limitando seus esforços basicamente à implementação do novo programa de estabilização da economia, o Plano Real.

6. O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)

Questão 12: quais eram as expectativas em relação à FHC?

Idealizador do programa de estabilização, o ministro da Fazenda de Itamar, Fernando Henrique Cardoso, se transformou no nome de maior projeção do governo e isso garantiu sua vitória como candidato a presidente. As expectativas dos analistas em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso eram, segundo Costa, bastante positivas, vislumbrado como afirmação da “prosa” e retorno da racionalidade à política nacional, ainda que não se esquecesse dos eventuais problemas que lhe poderiam trazer suas alianças.

Questão 13: nesse ponto, Costa passa a analisar a principal característica da gestão de Fernando Henrique Cardoso: sua política de alianças. O que tem ele a dizer a respeito?

Segundo Costa, um dos maiores problemas colocados pela estratégia de governo de FHC diz respeito à compatibilidade entre seu estilo (de agregar consensos) e a compreensão da democracia como jogo que, ao invés de eliminar, envolveria e se alimentaria necessariamente do conflito e do dissenso.

Para os governistas, a aliança com os conservadores foi justificada tanto pragmaticamente, para possibilitar a governabilidade e a aprovação das reformas constitucionais, quanto ideologicamente, por meio das afinidades que existiriam entre a social-democracia do PSDB e o social-liberalismo do PFL. E, especialmente, a aliança ainda se justificaria em relação à meta última do presidente eleito: o desmonte do legado varguista.

Questão 14: o que significaria essa transformação?

Significaria a defesa de pontos, como o fim dos monopólios estatais, desregulamentação da economia, abertura do país ao mercado mundial, racionalização do Estado, concessão de serviços públicos à iniciativa privada, eliminação de privilégios na Previdência Social e também o fim do monopólio que o Estado detinha no tratamento da questão social.

Questão 15: em relação às reformas políticas, como elas avançaram na gestão FHC?

A reforma política ficou mais uma vez em segundo plano - pelo grande debate que encerraria, o fato foi justificado pelo governo porque ela emperraria mudanças mais urgentes. Quanto ao diálogo com as oposições e o respeito ao dissenso, ele teria sido substituído pela definição da opinião contrária ao governo como própria dos adeptos do atraso, especialmente dos apegados ao uso do setor público para fins privados: clientelistas, corporativistas ou fisiológicos.

Apesar desse discurso, Costa lembra que a prática da troca de votos por cargos ou benesses pessoais foi traço marcante entre aqueles com os quais FHC se aliou. Segundo o autor, o comportamento desses atores e a política de alianças se deveu ao desempenho acanhado do primeiro governo FHC em sua política de reformas.

Outro ponto frágil foi que, se na reeleição o eleitorado reafirmou pela segunda vez seu apoio à estabilização econômica, não obstante deixou clara a preocupação com o quadro social, em particular com os índices de desemprego. Essa insatisfação ficou clara na derrota eleitoral de parlamentares e de governadores de partidos da base de apoio.

7. Balanço Geral

Na última parte, Costa tece alguns comentários gerais sobre o período por ele analisado. Ele concluiu que os anos de 1990 foram o reverso da década anterior. Isso porque se os anos 80 haviam sido marcados pela estagnação econômica e por significativos avanços institucionais, a década posterior caracterizou-se pela sustentada estabilização monetária. Mas foi bastante frustrante, em termos de desenvolvimento do arcabouço político-institucional, relegada ao segundo plano pelos três governos em atuação desde 1990, que entenderam as reformas partidária e eleitoral como questões secundárias em relação à estabilização da economia.



8. Sugestão de leitura

ALMEIDA, Gelson Rozentino de. *História de uma década quase perdida*. PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

CODATO, Adriano Nervo. "Uma história política da transição brasileira: da ditadura à democracia", *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, mov. 2005, pp.83-106.

SADER, Emir. *A Transição no Brasil. Da ditadura à democracia?*. São Paulo: Atual, 1990.